



EAESP

GV PESQUISA

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA: FORMULAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Relatório 06/2005

RUBEN CESAR KEINERT

Não é permitido o uso das publicações do GVpesquisa para fins comerciais, de forma direta ou indireta, ou, ainda, para quaisquer finalidades que possam violar os direitos autorais aplicáveis. Ao utilizar este material, você estará se comprometendo com estes termos, como também com a responsabilidade de citar adequadamente a publicação em qualquer trabalho desenvolvido.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA:
FORMULAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

Prof. Ruben Cesar Keinert

**RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES
AGOSTO/2004**

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA: FORMULAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

RESUMO

O relatório contém os resultados de uma pesquisa realizada em Santo André, SP, que visou testar um sistema de indicadores para avaliar a qualidade de vida local. Depois de uma primeira parte teórico-conceitual, apresenta uma análise preliminar dos dados que foram obtidos junto aos órgãos públicos visitados ou *sites* consultados pela Internet. Embora os resultados alcançados não tenham sido plenamente satisfatórios, considera-se que foi uma importante experiência no sentido de aprofundar o conhecimento dos problemas concretos e específicos para a coleta de dados que apresenta uma Prefeitura.

PALAVRAS-CHAVE

Qualidade de vida

Metodologia de avaliação

Indicadores sociais

Longevidade

AGRADECIMENTOS

O autor deixa consignados seus agradecimentos a alguns colaboradores sem cuja preciosa contribuição esse trabalho certamente não poderia ter sido concluído. A Otávio Prado, então mestrando e hoje doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV, o agradecimento pela dedicação, boa disposição e empenho nos momentos cruciais e pela criatividade na busca das informações necessárias. A Ciro Biderman, professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica, também da EAESP/FGV, que facilitou o acesso ao Laboratório de Urbanismo da FAU/USP, onde é pesquisador. E a Vinícius Schurgelies e a Rodrigo Magalhães, monitores de pesquisa, pela presteza, proficiência e firmeza na busca das informações e checagem de dados.

I. OS OBJETIVOS DO PROJETO

Mensurar a qualidade de vida tem sido uma busca constante desde que passou a estar incluída na avaliação do impacto de políticas públicas ou mesmo de gestões governamentais tomadas de um ponto de vista integral. Várias propostas de mensuração convivem atualmente, respaldadas por entidades públicas de pesquisa e por institutos de levantamento de dados e opiniões.

Essas propostas diferenciam-se pela definição de qualidade de vida que escolhem. A maioria delas toma *condições de vida* como referência e trata de medir a disponibilidade de bens e serviços para a população, supondo que a sua existência afeta positivamente a qualidade de vida. Pode-se dizer que essas propostas remetem à noção de bem estar social, cuja consecução caracterizou os esforços de desenvolvimento econômico e social conduzido pelos estados das nações emergentes, durante a maior parte do século XX.

Outra referência utilizada é o *desenvolvimento humano*. Busca captar a efetivação de capacidades e potencialidades da comunidade em estudo e tem inspiração evidente nos parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse caso, qualidade de vida é aproximada à noção de desenvolvimento humano.

Uma terceira referência tem sido a da *exclusão social*. Nessa proposta, tenta-se mensurar o contingente de pessoas não beneficiadas e, portanto, incapacitadas para usufruir as oportunidades oferecidas pelo mercado e que deveriam ser objeto das políticas públicas de caráter social. Por meio dela, capta-se a falta ou insuficiência de qualidade de vida.

Outra referência é a que está implícita na noção de *cidade saudável*. Tendo como base o conceito ampliado de saúde, que seria resultante de um conjunto de fatores orgânicos e ambientais, entre os quais estaria o conhecimento social sobre causas de doenças e epidemias e de como evitá-las, alguns estudos aproximam qualidade de vida de condições ambientais e de cuidados com a saúde pessoal.

Outra importante vertente de trabalhos sobre qualidade de vida busca captá-la pela *percepção da população*. Parte de que qualidade é uma atribuição que a população faz da sua situação. Verifica o que realmente chega à população e é percebido por ela como atributo positivo (ou negativo).

Todas essas propostas contribuem para o conhecimento da realidade social a partir de uma ou de um conjunto de variáveis tomadas como parâmetro. Essas variáveis, embora sejam condições para que uma boa qualidade de vida seja atingida, não representam por si próprias o que se pretende como qualidade de vida, a formalização da idéia de uma vida que vale a pena ser vivida.

Nesse sentido, a observação das várias propostas existentes acabou por proporcionar uma sugestão para uma nova formulação. Chamou a atenção a engenhosidade da proposta do IDH, particularmente quando inclui a longevidade como critério de desenvolvimento, ao lado da renda e da escolaridade. **Longevidade é uma variável de resultado, significa o modo como uma população processa o seu poder aquisitivo, suas condições de vida e, especialmente, o seu estilo de vida; conjuga ao mesmo tempo sabedoria de viver e possibilidades materiais e ambientais disponíveis e alcançadas.**

Por ser de resultado, contrabalança o peso das outras variáveis estratégicas, renda e escolaridade, atributos que podem ser influenciados por iniciativas que não visam necessariamente a produzir uma vida de melhor qualidade. A renda, por exemplo, pode crescer de modo concentrado, não disseminando a sua possibilidade de contribuir para

melhoria geral. A educação pode ser uma surpresa ao também ser considerada assim, mas é preciso levar em conta que pode estar voltada para a mais estrita profissionalização, por vezes em atividade a ser exercida em situações de risco ou em ambientes poluídos. Não se pode desconsiderar, no entanto, que as duas variáveis – bem aproveitadas – têm contribuição positiva para a qualidade de vida, o que será comprovado pela longevidade mais alta.

Mas, se renda e escolaridade contribuem para melhor qualidade de vida e se é sabido que outros fatores também atuam positivamente, por que não considerar que o ponto de aferição deva tomar como referência a variável que está contaminada pelas demais? Foi essa a perspectiva adotada.

VARIÁVEIS SELECIONADAS DE INFLUÊNCIA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA URBANA

O estudo teve em vista avaliar as possibilidades do uso da expectativa de vida (EV) como parâmetro para a análise da qualidade de vida urbana (QVU). As variáveis foram escolhidas entre os fatores objetivos e subjetivos passíveis de intervenção ou regulação pela Administração e pela comunidade local organizada e que afetam diretamente a vida das famílias (KEINERT, 2003). Os fatores selecionados foram os seguintes:

- condições de habitação
- provisão de água encanada
- provisão de esgoto
- segurança em relação a enchentes
- segurança em relação a desmoronamentos
- acessibilidade a serviços de provisão de primeiras necessidade
- acessibilidade a serviços de atendimento a necessidades da vida civil
- acessibilidade a serviços básicos de saúde
- acessibilidade a serviços de educação
- segurança em relação à violência
- segurança em relação a acidentes de trânsito
- segurança em relação ao ambiente (saneamento, coleta de lixo, poluição atmosférica).

Previa-se que a utilização dessas condições seria feita por meio de indicadores existentes. Haveria indicadores para o município, para os distritos, para bairros e para outros recortes que decorrem de divisões administrativas de unidades operacionais públicas. Certamente, sabia-se, haveria problemas para compatibilizar todos estes indicadores.

A suposição básica da utilização dos indicadores, por outro lado, era que a melhoria das condições específicas ou a atenuação das condições negativas conduz a uma melhoria nas condições objetivas de vida, tanto quanto nas subjetivas referidas como de "segurança". Desse modo, considera-se que obras de contenção de encostas que evitem desmoronamentos ou de canalização de córregos contra enchentes contribuem para a sensação de segurança.

Por outro lado, será preciso considerar que renda, emprego e outras variáveis macroeconômicas - ainda que, apenas em pequena medida, possam ser influenciadas pela ação de atores locais - são fatores que devem ser contemplados em termos do seu impacto nas condições de vida local. Como variáveis, será necessário definir sua utilização enquanto intervenientes ou variáveis causais, independentes.

RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM SANTO ANDRÉ

A pesquisa concentrou-se primeiramente nos dados disponíveis nos levantamentos feitos pelos responsáveis pelo IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios, do PNUD/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social, do SEADE/Fundação Sistema Estadual de

Análises de Dados), levantamentos que incluem a longevidade como um dos seus quesitos de análise e comparação. Ambos apresentaram uma discreta evolução positiva para a longevidade em Santo André, entre os anos de 1991 e 2000 e entre 1992 e 2000, respectivamente.

A aplicação da metodologia colocou em relevo a dificuldade de se precisar a influência esperada de condições urbanas selecionadas sobre a melhoria da longevidade. De fato, esperava-se que o comportamento das variáveis internas ao município demonstrasse boa correlação com o aumento da longevidade. Entretanto, o discreto aumento de longevidade ocorrido em ambos os índices, parece ter respondido mais à melhoria geral de indicadores sociais nacionais.

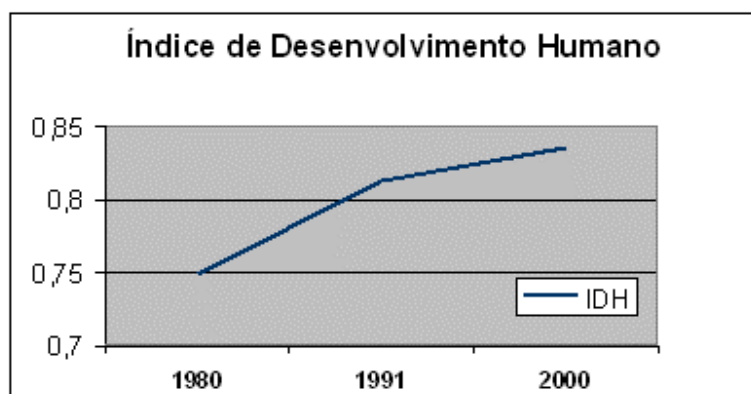
1. LONGEVIDADE EM SANTO ANDRÉ: O QUE MOSTRA O IDH-M

Ao se observar a evolução do IDH-M de Santo André para os anos de 1980, 1991 e 2000, conforme a tabela 1 e o gráfico a ela associado, verifica-se que o município apresentou uma baixa evolução durante o período de 1991/2000 (depois de um grande salto durante o período 1980/1991). A taxa de evolução foi bem distinta para os dois períodos e o pequeno crescimento havido no período 1991/2000, acarretou uma perda de posições relativas do Município na classificação dentro do Estado do São Paulo (do 9º para 23º lugar).

Tabela 1: Evolução do IDH-M em Santo André.

Índice de Desenvolvimento Humano de Santo André			
Índice	1980	1991	2000
IDH	0,749	0,813	0,836
ÍDHM	17	9	23

Fonte: IBGE



A tabela 2, abaixo, permite que se visualize as componentes básicas do cálculo do índice. Em duas delas, alfabetização de adultos e taxa de frequência escolar, é possível considerar que houve alguma interferência local, mas não se pode deixar de levar em conta que também houve melhoria das ações federais e estaduais nesses dois quesitos. Em relação ao quesito longevidade, a esperança de vida ao nascer teve um discreto aumento, passando de 70,34 anos para 70,61 anos no período.

Os dados, referentes ao período de 1991 a 2000, mostram que, apesar da diminuição da taxa de evolução do IDH-M, os indicadores listados tiveram evolução positiva, mas o município caiu no posicionamento relativo aos outros municípios brasileiros, da 12ª para 94ª posição.

O quadro 1, imediatamente abaixo, contém as definições que correspondem aos índices e taxas.

Tabela 2: Principais indicadores do IDH-M de Santo André

ÍNDICE	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,34	70,61
Taxa de alfabetização de adultos (%)	93,42	95,55
Taxa bruta de frequência escolar (%)	77,84	88,59
Renda per capita (em r\$ de 2000)	427,63	512,87
Índice de longevidade (IDHM-L)	0,756	0,760
Índice de educação (IDHM-E)	0,882	0,932
Índice de renda (IDHM-R)	0,784	0,814
Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M)	0,807	0,836
Classificação no Estado de São Paulo	7	23
Classificação nacional	12	94

Fonte: IDHM 1991 e 2000

Dados acessados em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/home/idhm/IdhmLER.asp#>, atualizados em 5 de agosto de 2003.

Quadro 1: Definição dos indicadores que compõem o IDH-M

Indicador	Definição
Esperança de vida ao nascer (em anos)	Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.
Taxa de alfabetização de adultos (%)	Percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever.
Taxa bruta de frequência escolar (%)	Proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que frequentam os cursos fundamental, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.
Renda per capita (em R\$ de 2000)	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos (incluindo aqueles com renda nula) e a população total.
Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice do IDHM relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
Índice de educação (IDHM-E)	Índice do IDHM relativo à Educação. Obtido a partir da <i>taxa de alfabetização</i> e da <i>taxa bruta de frequência à escola</i> , convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDHM-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.
Índice de renda (IDHM-R)	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	É obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).
Classificação na UF	Posição do município dentro do estado a que pertence em relação ao IDHM do Estado-membro a que pertence
Classificação Nacional	Posição do município no Brasil em relação ao IDHM nacional

Fonte: http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/sites-91-00.htm, acesso em 5 de agosto de 2003.

A tabela 3 confirma que, se o índice de Santo André é superior à média global do País, é inferior à do Estado de São Paulo, o que sugere que outros municípios obtiveram resultados relativos mais expressivos.

Tabela 3: Comparativo entre o IDH nacional, estadual e de Santo André.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	1980	1991	2000
Brasil	0,674	0,706	0,747
Estado de São Paulo	0,811	0,848	0,868
Santo André	0,749	0,813	0,836

Fonte: <http://www.seade.gov.br/titabpy98/cdv/SP2000/cdv00001.htm>, acesso em 5 de agosto de 2003.

I. LONGEVIDADE EM SANTO ANDRÉ: O QUE MOSTRA O IRPS

Em relação ao IPRS, temos na tabela 4 a comparação dos seus índices entre Santo André, RMSP e Estado de São Paulo para os anos de 1992 e 1997, desmembrados nas dimensões riqueza, longevidade e escolaridade. Por esta tabela vemos que quanto à dimensão riqueza, Santo André possuía índices inferiores ao da RMSP, embora superiores aos do Estado. Quanto às dimensões longevidade e escolaridade, Santo André possuía índices superiores aos da RMSP e do Estado de São Paulo.

Tabela 4: Quadro comparativo do Índice Paulista de Responsabilidade Social.

IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social	Município		RMSP		Estado	
	1992	1997	1992	1997	1992	1997
Dimensão Riqueza	59	64	60	67	53	60
Dimensão Longevidade	58	61	54	59	57	60
Dimensão Escolaridade	62	82	51	74	53	71
Ano						
Classificação no Grupo						
1992						
Grupo 2 - economicamente dinâmico e de baixo desenvolvimento social						
1997						
Grupo 1 - município-pólo						

Fonte: <http://www.seade.gov.br/perfil/index.html>, dados atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 5 contém também os dados do IPRS do ano 2000, os mais recentes à disposição em setembro de 2003, mostrando que neste período Santo André manteve-se com o mesmo índice quanto à dimensão riqueza de 1997, embora os índices relativos às dimensões longevidade e escolaridade tenham subido, acompanhando a tendência verificada no período anterior (1992-1997).

Tabela 5: Evolução do IPRS no município de Santo André.

Condições de Vida	1992	1997	2000
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	Grupo 2 - economicamente dinâmico e de baixo desenvolvimento social	Grupo 1 - município-pólo	Grupo 1 - município-pólo
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	59	64	64
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	58	61	64
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	62	82	92

Fonte: http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/spd_01.ksh, dados atualizados em 23 set. 2003.

O que se pode destacar, na análise destes indicadores de Santo André, é que a dimensão longevidade aumentou no período tanto no IDH-M quanto no IPRS, apesar de cada um deles utilizar metodologia diferente. Não se pode atribuir esse aumento apenas à influência das variáveis urbanas selecionadas para a análise, já que houve uma melhoria de ações e resultados dos governos federal e estadual superpondo-se às ações municipais em muitos aspectos.

É importante ter em conta que entre aqueles anos, o País obteve resultados favoráveis nos indicadores de renda, escolaridade e saúde, ainda que tenha havido queda a partir de 1999 no quesito renda. Para que fosse possível atribuir o aumento de longevidade ocorrido no município a variáveis locais, tal aumento deveria ser – em princípio – maior do que a média nacional. O mesmo deveria ocorrer em relação à média estadual, tendo em vista que a administração do Estado também desenvolveu programas de melhoria na educação, saúde e assistência social.

Não se pode deixar de levar em conta que muitos programas sociais foram executados no Município, vários com premiação nacional e internacional. Mensurar a sua influência específica, assim como mensurar a influência das ações federais e estaduais, não foi possível. Os dados intra-municipais sobre o comportamento das variáveis selecionadas para pesquisa, quase sempre não estão disponíveis e sua compatibilização recíproca, quando eles existem, é dificultada pelas bases referenciais territoriais diferentes.

O texto a seguir é uma exploração dos dados disponíveis no sentido de se evidenciar o comportamento das variáveis urbanas selecionadas no período que vai de 1991 a 2000, visando a observar a sua influência, ainda que tenha sido limitada.

II. ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DE INFLUÊNCIA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA EM SANTO ANDRÉ-SP

Esta parte está estruturada em dois tópicos. O primeiro contém uma caracterização geral do município de Santo André e tem o objetivo de dar informações que permitem localizar e compreender a sua dinâmica econômica e espacial/urbana. O segundo contém uma sistematização de dados que permite visualizar o comportamento das variáveis selecionadas pela sua influência sobre a qualidade de vida local (conforme visto acima).

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

PERFIL TERRITORIAL E DIVISÃO DISTRITAL

O município de Santo André pertence à Região Metropolitana de São Paulo, composta por 39 Municípios, localizando-se na sua sub-região sudeste (conhecida como Região do ABC) formada por sete Municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (figura 1). Ocupa uma área de 174,38km², sendo que 61,89% do território estão inseridos na Área de Proteção aos Mananciais e no Parque Estadual da Serra do Mar. O município está subdividido em 3 grandes unidades territoriais: Distrito Sede (subdividido em 1º e 2º Subdistritos), distrito de Capuava e distrito de Paranapiacaba (Figura 2).

Figura 1: Região Metropolitana de São Paulo e o município de Santo André.



Fonte: Mapa da RMSP, gerado a partir da base do Atlas Ambiental de São Paulo, constante em <http://www.prodiam.sp.gov.br/svma/atlas_amb/index.htm>.

A construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, marcou o início do primeiro povoado dentro dos limites do atual território de Santo André, denominado Alto da Serra ou Vila de Paranapiacaba (“de onde se

avista o mar”), em posição estratégica para a manutenção da ferrovia no trecho da serra. A estrada de ferro e posteriormente a Avenida dos Estados, ambos localizados ao longo da várzea do rio Tamanduateí, a despeito do impulso e viabilização que representaram para o desenvolvimento industrial do município, configuram-se hoje como barreiras físicas que dividem o território em duas porções, imprimindo características distintas a cada uma delas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1998).

O crescimento da cidade ao longo deste eixo, que é a principal via de acesso ao Município e o local em que as indústrias preferencialmente se instalaram, ocupando grandes lotes, ajudou a criar um tecido urbano descontínuo e carente de espaços públicos de uso comum. Pode-se considerar também a existência de uma outra barreira, separando a Zona Urbana e a Zona de Expansão Urbana do Município, representada pela região ao sul do Parque do Pedroso, incluindo a Área de Proteção aos Mananciais, a Vila de Paranapiacaba e o Parque Estadual da Serra do Mar. Esta última região, de difícil acesso físico e frágil ligação social, cultural e econômica com a porção urbana e industrial, representa a porção do território com maior presença de ocupação desordenada e riscos ambientais, em especial quanto à qualidade da água que abastece o Município e entorno, além de concentrar a maior parcela de população carente, com sérios problemas de moradia e acessibilidade aos serviços e equipamentos públicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1998).

Figura 2: Divisão de Santo André segundo macro distritos.



fonte: Mapa obtido do site <http://www.santoandre.sp.gov.br/>

A tabela 1 apresenta a divisão dos distritos com as respectivas áreas e percentual em relação ao território total do município, mostrando que o distrito de Paranapiacaba ocupa quase a metade da área total do município. Cada um deles possui características predominantes: Capuava - predominantemente industrial, Sede - área urbanizada - e Paranapiacaba - área de preservação aos mananciais. Pode-se perceber que se os mais baixos índices relacionados à infra-estrutura urbana se concentram no distrito de Paranapiacaba, que inclui as maiores áreas invadidas por loteamentos clandestinos e irregulares do município, nos setores urbanos ocorre predominância de favelas e população de mais baixa renda em clusters localizados. A densidade de setores censitários no distrito Sede, devido ao grande contingente populacional, mostra que existe uma grande fragmentação urbana com setores contíguos mostrando indicadores diferenciados. Por

outro lado, não se pode dizer que o distrito Sede concentre os mais baixos índices sociais apenas porque este possui relativamente mais população. Do ponto de vista territorial, as piores situações parecem estar concentradas no distrito de Paranapiacaba, em que a falta de infraestrutura básica é mais acentuada. A isto se deve somar o fato de que, por estar contida integralmente na área de proteção aos mananciais, existe uma série de restrições legais (a própria Lei estadual de proteção aos mananciais) que inviabilizam ações de mitigação dos problemas na região, fato que não ocorre só em Santo André (um dos principais vetores de expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo se dá em direção aos mananciais sul, em especial das represas Billings e Guarapiranga).

Tabela 1: Divisão distrital do município, em áreas e percentual.

ÁREA	Km ²	%
Distrito Sede	81.78	46.9
1º Subdistrito	71.67	41.1
2º Subdistrito	10.11	5.8
Distrito Capuava	9.38	5.4
Distrito Paranapiacaba	83.22	47.7
Área Total	174.38	100.0

Fonte: GPU / DDU / SDU / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=541, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 2 mostra o macrozoneamento municipal, que divide a cidade em dois setores: área urbana e área de expansão urbana. Segundo esta divisão, a prefeitura municipal de Santo André considera área urbana aquela contida em um perímetro e definida pela grande quantidade de ruas com infraestrutura, áreas (lotes) para o assentamento da população, locais de trabalho e de compras, dotada de equipamentos para o atendimento de educação, saúde, lazer e cultura, assim como de serviços, tais como: transporte coletivo, coleta de lixo, correio, telefone e energia elétrica, criando dessa forma condições de vida e relacionamento social adequado. Apesar disso, a Prefeitura incluiu na área urbana um trecho localizado na Zona Sul do Município, próxima ao Pedroso (Zona E) que não permite ocupação pela Lei nº 5.042/76.

Nas áreas de expansão urbana, que representam a maior parte do território do município, estão contidas as áreas representadas pelos mananciais e áreas de preservação, de fundamental importância para o meio ambiente e a vida na região, em especial quanto ao abastecimento hídrico e manutenção de flora e fauna. Para estas áreas existe legislação específica estadual (Leis de Proteção aos Mananciais - Lei nº 898 de 18/12/75, Lei nº 1.172 de 17/11/76, Lei nº 9.714 de

19/04/77, Lei nº 9.866 de 28/11/97), que delimita as áreas que devem ser preservadas, tendo em vista a proteção dos recursos hídricos, e propõe medidas relativas ao uso e ocupação do solo, os locais em que são permitidas edificações, as formas e precauções quanto aos dejetos (esgoto), assim como quanto ao desmatamento e movimento de terra.

Tabela 2: Macrozoneamento municipal, instituído pelo Plano Diretor (Lei municipal nº 7333/95).

ÁREA	Km ²	%
Área Urbana	66.45	38.11
Área de Expansão Urbana	107.93	61.89
Área Total	174.38	100.00

Fonte: GPU / DDU / SDU / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=542, atualizados em 23 set. 2003.

II. PERFIL DEMOGRÁFICO

Os dados demográficos do município de Santo André, com base nos censos populacionais do IBGE, permitem inferir algumas considerações importantes. Com base nos dados dos últimos trinta anos (Tabela 3), em relação aos municípios que compõem a região do ABC, Santo André teve um crescimento relativamente menor que o da região como um todo. Enquanto a população do ABC cresceu 138% em trinta anos (1970 a 2000), Santo André cresceu 55% no mesmo período. Ao mesmo tempo, a porcentagem populacional do município em relação ao total da região passou de 42,3% da população total (1970) para cerca de 27,5% (2001). Esta tendência é comum a toda região metropolitana de São Paulo, na qual os municípios centrais têm taxas de crescimento inferior aos municípios periféricos, sendo que alguns, como São Caetano do Sul, apresentaram taxas negativas de crescimento no período considerado. Isso pode ser parcialmente explicado por fatores econômicos, embora a saturação das áreas já densamente urbanizadas explique parte do problema, já que a análise dos dados por setores censitários mostra que em geral os centros urbanos tendem a perder população, ao passo que as periferias apresentam taxas altas de crescimento populacional. Isso tem reflexos importantíssimos quanto à qualidade de vida da população destas regiões, principalmente pela ausência de infra-estrutura e serviços básicos nas áreas, em especial quando se trata de loteamentos irregulares ou áreas invadidas.

Tabela 3: Evolução da população nos municípios da região do grande ABC - 1970 / 1980 / 1991 / 1996 / 2000.

MUNICÍPIOS	1970	1980	1991	1996	2000
Santo André	418.826	553.072	616.991	625.564	649.331
São Bernardo do Campo	201.662	425.602	566.893	660.396	703.177
São Caetano do Sul	150.130	163.082	149.519	139.825	140.159
Diadema	78.914	228.660	305.287	323.116	357.064
Mauá	101.700	205.740	294.998	342.909	363.392
Ribeirão Pires	29.048	56.532	85.085	97.550	104.508
Rio Grande da Serra	8.397	20.093	29.901	34.736	37.091
Região do Grande ABC	988.677	1.652.781	2.048.674	2.224.096	2.354.722

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=446, atualizados em 23 set. 2003.

A Tabela 4 permite uma comparação entre o crescimento populacional do Brasil, do estado de São Paulo, da Região Metropolitana de São Paulo, da Região do Grande ABC e de Santo André. As taxas respectivas no período são: 82%, 108%, 119%, 138% e 55%. Através dessa comparação podemos perceber que o crescimento de Santo André foi inferior até mesmo que o crescimento populacional do Brasil como um todo.

Tabela 4: Evolução da população residente.

REGIÕES	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.868.808	157.079.573	169.799.170
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.698	31.548.008	34.120.886	37.032.403
Região Metropolitana de SP	8.139.730	12.588.725	15.417.637	16.583.234	17.878.703
Região do Grande ABC	988.677	1.652.781	2.048.674	2.224.096	2.354.722
Santo André	418.826	553.072	616.991	625.564	649.331

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=445, atualizados em 23 set. 2003.

Indo mais além nesta análise, temos na tabela 5 a desagregação dos dados censitários de 1991, 1996 e 2000, segundo a divisão de distritos de Santo André. Estes dados mostram que esta evolução da população não ocorreu de forma homogênea no município, assim como permite indicar que o perfil populacional é diferente entre os diferentes distritos. Enquanto a população total do distrito de Paranapiacaba decresceu no período, o distrito sede teve o maior aumento populacional. Isso se pode explicar pelo fato, já mencionado anteriormente, de que o distrito de Paranapiacaba encontra-se inserido na região de proteção aos mananciais. A análise dos dados dos setores censitários mostra que a maior parte deste aumento populacional no distrito sede, e também no distrito de Capuava, deu-se por adensamento da área urbana, parte dela em clusters de pobreza em meio à região urbanizada.

Tabela 5: Habitantes por domicílio e densidade demográfica média.

ANO	DISTRITO	ÁREA TOTAL (km ²)	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO MASCULINA	POPULAÇÃO FEMININA	TOTAL DE DOMICÍLIOS	MÉDIA Hab/Dom.	DENSIDADE MÉDIA (Hab/Km ²)
-	-	-	-	-	-	-	-	-
1991	Sede	81,78	519.043	253.974	265.069	138.056	3,76	6.346,82
-	Capuava	9,38	92.727	46.049	46.678	23.970	3,67	9.884,14
-	Paranapiacaba	83,22	3.885	2.032	1.853	896	4,34	46,68
-	TOTAL	174,38	615.655	302.055	313.600	162.922	3,78	3.530,48
1996	Sede	81,78	526.455	256.210	270.245	147.364	3,57	6.437,45
-	Capuava	9,38	95.497	46.981	48.516	25.774	3,71	10.180,92
-	Paranapiacaba	83,22	2.868	1.509	1.359	684	4,19	34,46
-	TOTAL	174,38	624.820	304.700	320.120	173.822	3,59	3.583,09
2000	Sede	81,78	548.903	264.737	284.166	157.252	3,49	6.711,95
-	Capuava	9,38	97.021	47.323	49.698	27.350	3,55	10.343,39
-	Paranapiacaba	83,22	3.407	1.755	1.652	859	3,97	40,94
-	TOTAL	174,38	649.331	313.815	335.516	185.461	3,50	3.723,66

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991/2000 / Contagem 1996 / GPU/ DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=448, atualizados em 23 set. 2003.

Os dados presentes na tabela 6 permitem mostrar que cerca de 32% da população total da cidade possui idade inferior a 20 anos, enquanto que apenas 10,3% da população possuem 60 anos ou mais de idade.

Tabela 6: População residente por faixa etária – 2000.

	2000			
IDADE	HOMEM	MULHER	TOTAL	%
0 a 4	24.224	23.461	47.685	7.34
5 a 9	24.852	24.223	49.075	7.56
10 a 14	27.788	27.302	55.090	8.48
15 a 19	30.780	30.781	61.561	9.48
20 a 24	29.807	30.446	60.253	9.28
25 a 29	26.745	28.022	54.767	8.43
30 a 34	25.348	26.917	52.265	8.05
35 a 39	25.225	27.518	52.743	8.12
40 a 44	23.079	25.191	48.270	7.43
45 a 49	19.778	21.712	41.490	6.39
50 a 54	15.863	17.892	33.755	5.20
55 a 59	11.729	13.588	25.317	3.90
60 a 64	9.903	11.886	21.789	3.36
65 a 69	7.353	9.321	16.674	2.57
70 a 74	5.548	7.613	13.161	2.03
75 e mais	5.793	9.643	15.436	2.38
TOTAL	313.815	335.516	649.331	100.00

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

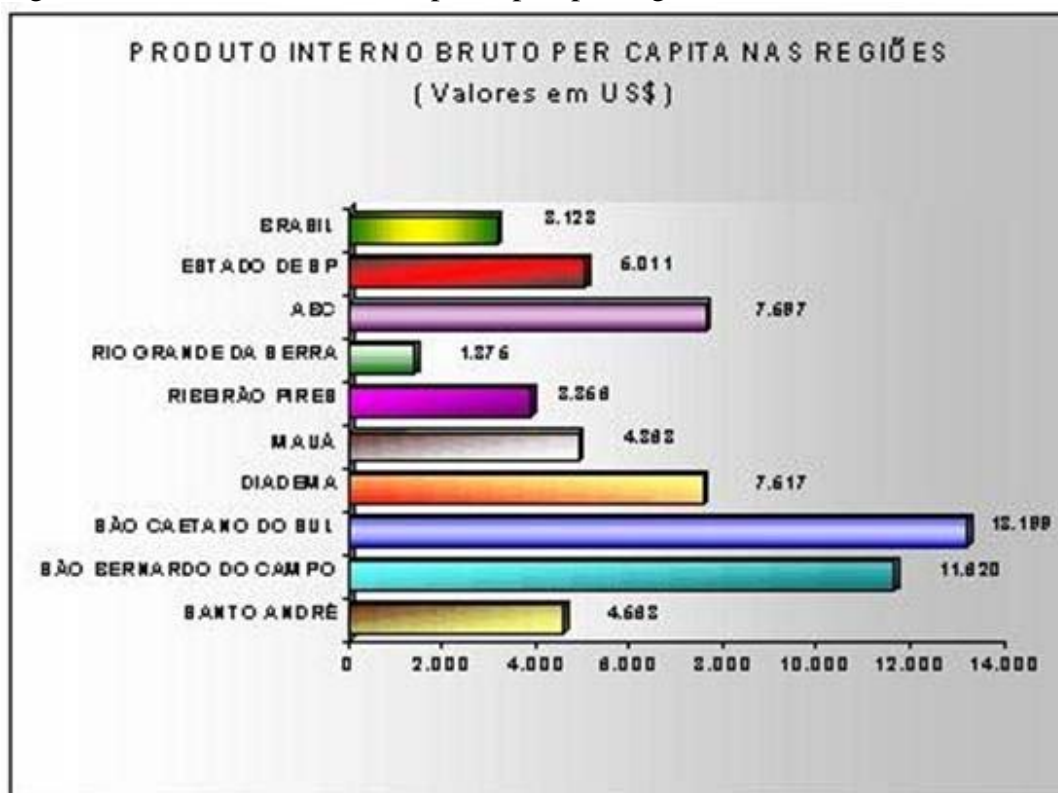
Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=450, atualizados em 23 set. 2003.

PERFIL ECONÔMICO E DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

Os dados econômicos selecionados foram escolhidos para permitir inferências em relação ao tema do projeto, a partir dos dados disponíveis.

A figura 3 apresenta um quadro comparativo entre o produto interno bruto per capita do Brasil, do estado de São Paulo, da região do ABC e dos municípios da região. Por este quadro pode-se perceber que Santo André possui um produto interno bruto maior que a média do Brasil, embora inferior a média do estado de São Paulo e da própria região do ABC, aonde se insere. Este valor é muito inferior a municípios mais “prósperos”, como por exemplo, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo, que possuem PIB cerca de 182% e 148% maiores, respectivamente. Estes dados podem indicar um menor dinamismo econômico do município, ao mesmo tempo em que sugere uma menor capacidade de intervenção governamental em relação aos municípios mais “ricos”. Somando-se isso ao fato de que Santo André possui cerca de 27,5% da população da região, pode-se prever que a capacidade de investimento público em relação ao total da população seja mais baixa dos que os municípios com melhor desempenho econômico.

Figura 3: Produto interno bruto per capita por região (Valores em US\$).



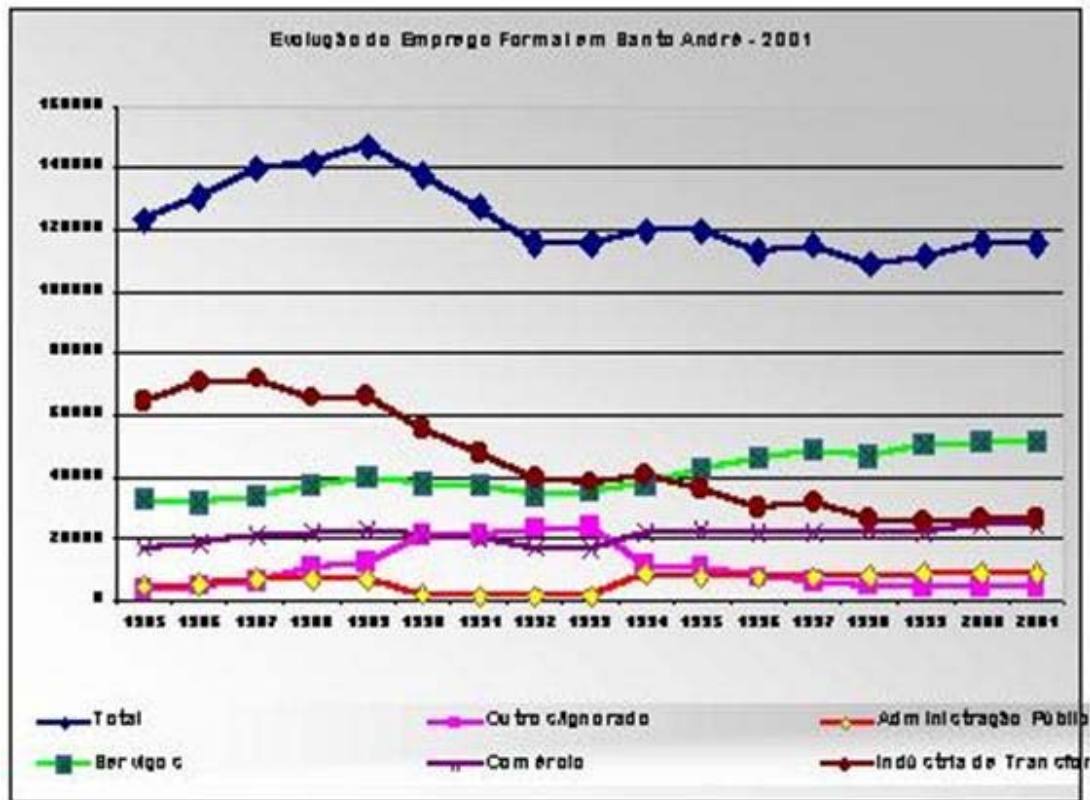
FONTE: IBGE / Banco Central / SDET / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=458, atualizados em 23 set. 2003.

A figura 4 apresenta a evolução do emprego formal no município, de 1985 até 2001, mostrando que de fato houve uma queda significativa no período considerado, em especial no que se refere ao emprego na indústria, com aumento considerável no setor de serviços, atualmente superando todos os outros setores. Conforme podemos ver em FAPESP (2003), isso é resultado de um intenso processo de reestruturação produtiva que atingiu os principais setores da atividade econômica na região do Grande ABC ao longo da década de 90. Durante a década de 1980, o centro da atividade econômica da região foi representado pela indústria, constituindo-se no mais sólido e próspero centro industrial brasileiro. Na década seguinte, os problemas econômicos derivados da abertura comercial, associados à crise econômica interna e à transformação dos instrumentos de regulação que haviam marcado a presença do Estado na economia brasileira atingiu fortemente a indústria da região, em especial nos segmentos automobilístico e químico. Isso se refletiu na capacidade destes setores em gerar empregos formais. Se na década de 80, seis em cada dez empregos formais criados na região provinham da indústria, hoje este papel se inverte com o setor de serviços.

Este movimento, notadamente marcante em Santo André, foi responsável pela re-espacialização da atividade produtiva, com várias plantas industriais deixando a região, notadamente ao longo da Avenida dos Estados. Dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP revelam, entretanto, que houve concentração industrial em torno de empresas de maior conteúdo tecnológico, num processo de reestruturação produtiva, atualização tecnológica e modernização organizacional, notadamente entre as de grande porte. Ao mesmo tempo em que estas novas características foram responsáveis pela diminuição do número total de postos de trabalho, nota-se que hoje estes postos de trabalho se dirigem aos trabalhadores de maior qualificação.

Figura 4: Evolução do emprego formal – dados de 2001.



Fonte: RAIS/CAGED- SDET / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=459, atualizados em 23 set. 2003.

Analisando rapidamente a evolução da receita orçamentária do município, constante na tabela 8, verifica-se que esta aumentou 41% de 1998 a 2001, embora as despesas tenham sido maiores que a receita (com exceção do ano de 2000), resultando no endividamento atual do município, comprometendo ainda mais a capacidade de investimento público.

Tabela 8: Dados da receita orçamentária – período de 1998 a 2001.

RECEITAS CORRENTES	1998	1999	2000	2001
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-
IMPOSTOS	71.590.267.56	76.619.622.66	84.791.517.61	94.417.969.01
TAXAS	9.851.311.24	10.306.059.32	11.561.570.55	3.652.222.46
CONTRIB. DE MELHORIA	43.358.11	32.594.55	40.382.14	23.052.48
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-
ALUGUÉIS	71.185.64	68.152.18	159.046.11	4.607.83
ESTACIONAMENTOS	0.00	63.725.00	86.309.05	113.598.00
DIVIDENDOS	6.539.17	1.667.54	125.078.59	36.618.32
REND. APLIC. FINANC	3.382.433.50	2.095.273.09	3.385.509.16	7.638.070.26
COTA-PARTE DE ROYALTIES(PETROBRÁS)	0.00	2.732.49	2.000.87	9.795.90
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
SERVIÇOS DIVERSOS	1.583.633.63	2.967.050.75	641.942.81	648.516.88
TRANSF. CORRENTES	-	-	-	-
TRANSF. DO MUNICÍPIO	7.311.688.41	993.300.00	0.00	0.00
TRANSF. DA UNIÃO	42.928.847.39	62.025.068.81	61.872.497.21	64.790.983.15
TRANSF. DO ESTADO	132.718.262.32	138.177.027.45	171.064.701.19	182.129.989.92
TRANSF. DE INST. PRIV.	58.629.06	259.478.13	214.752.49	234.206.87
TRANSF. DO EXTERIOR	0.00	77.433.94	1.145.869.82	1.050.733.87
TRANSF. DE PESSOAS	7.937.81	10.163.75	7.042.42	846.45
OUTR. REC. CORRENTES	-	-	-	-
MULTAS E JUROS	3.287.866.19	20.142.513.76	43.258.805.59	19.109.469.68
COMP. FINANC. P/UTIL.	20.829.01	25.133.35	15.998.27	26.108.93

REC. HÍDRICOS				
RESTITUIÇÕES	43.355.37	38.712.43	38.517.43	49.142.79
RECEITA DA DÍV. ATIVA	2.613.010.60	2.904.882.58	3.361.461.49	6.827.926.32
RECEITAS DIVERSAS	686.266.36	622.251.35	1.993.001.66	8.144.303.29
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	5.209.000.13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	
OPER. CRÉD, INTERNAS	1.946.722.25	0.00	0.00	3.457.000.00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
ALIEN. DE BENS IMÓVEIS	0.00	0.00	31.947.18	151.040.56
ALIEN. DE BENS MÓVEIS	0.00	692.100.00	0.00	0.00
TRANSF. DE CAPITAL	-	-	-	-
TRANSF. DE CONVÊNIOS	0.00	0.00	1.053.926.97	-
TRANSF. DA UNIÃO	45.836.00	1.583.324.41	325.886.97	499.549.58
TRANSF. DO ESTADO	175.887.18	0.00	728.040.00	0.00
TRANSF. DE INST. PRIVADA	0.00	6.770.506.40	794.536.16	0.00
TRANSF. DO EXTERIOR	0.00	314.490.68	123.738.13	467.986.13
OUTR. REC. DE CAPITAL	-	-	-	-
INDENIZ. P/EXTR. PETRÓLEO, XISTO E GÁS	23.810.94	56.516.59	90.133.03	108.423.86
OUTRAS RECEITAS	-	-	-	525.000.00
TOTAL	278.397.677.74	250.230.158.55	385.860.285.93	394.117.162.54

Valores em R\$

Fonte: GCFO / SF / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=488, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 9: Despesa por função – período de 1997 a 2001.

DESCRIÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
LEGISLATIVA	10.854.082.24	11.378.565.52	12.032.085.70	11.598.062.81	12.361.153.76
JUDICIÁRIA	3.456.542.56	3.732.560.98	3.476.565.14	3.165.701.59	4.057.835.39
ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO	69.905.948.36	76.207.247.26	74.356.836.45	69.076.945.88	90.883.029.15
AGRICULTURA	150.339.65	69.881.39	-	-	-
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6.096.733.97	7.365.500.74	7.534.495.35	11.236.389.15	13.635.860.71
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	786.529.29	1.208.415.83	1.045.150.05	3.587.440.52	7.219.665.75
EDUCAÇÃO CULTURA	70.743.495.04	69.339.929.73	78.049.221.30	84.458.532.60	108.181.292.94
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-	-
HABITAÇÃO URBANISMO	82.335.444.14	45.550.555.16	44.721.714.60	36.190.176.45	36.112.668.14
INDÚSTRIA, COMÉRCIO SERVIÇOS	200.000.00	200.000.00	200.000, 00	200.000.00	200.000.00
RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-	560.373.71
SAÚDE SANEAMENTO	52.427.453.89	72.973.851.29	83.344.098.28	84.132.494.22	94.374.127.62
TRABALHO	785.129.17	1.529.987.51	2.050.708.20	1.787.056.54	1.979.812.29
ASSISTENCIA PREVIDENCIÁRIA	7.811.709.85	9.053.786.42	9.928.324.55	9.973.990.55	9.024.699.45
TRANSPORTE	7.675.043.10	5.329.157.99	37.155.295.74	50.046.678.41	24.083.002.08
TOTAL DA DESPESA	313.228.451.26	303.939.439.82	353.694.495.36	365.453.468.72	402.673.520.99

Valores empenhados em R\$, Valores nominais em 31/12 de cada exercício.

Fonte: GCFO / SF / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=489, atualizados em 23 set. 2003.

Os dados da tabela 10, associados às informações da figura 5, mostram que os setores que mais contribuem para a arrecadação do ICMS continuam sendo os setores industriais, com destaque para o setor da indústria química, com 44% da arrecadação total do município para o ano de 2001.

Tabela 10: Arrecadação do ICMS por setor – período de 2000 a 2001.

SETOR	2000	2001
AGRICULTURA, PECUÁRIA E OUTROS PRODUTOS ANIMAIS.	34.907	46.818
MINERAIS NÃO METÁLICOS	406.007	612.242
METALURGIA BÁSICA - FERROSOS	6.935.678	6.033.424
METALURGIA BÁSICA - NAO FERROSOS	40.296.793	42.311.547
PRODUTOS DE METAL	5.211.933	5.801.186
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.055.249	2.899.063
MÁQUINAS DE ESCRITÓRIOS E EQUIP. DE INFORMÁTICA	0	20.110
MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS.	23.163.601	37.947.621
MATERIAL ELETRÔNICO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	22.370	60.744
EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ÓTICOS, DE AUTOMAÇÃO E P.	250.871	404.383
MATERIAL DE TRANSPORTE	12.076.636	7.076.457
MADEIRA	606.176	608.955
MÓVEIS	6.388.554	4.930.267
PAPEL E CELULOSE	184.298	239.214
ARTIGOS DE BORRACHA	83.431.037	95.118.143

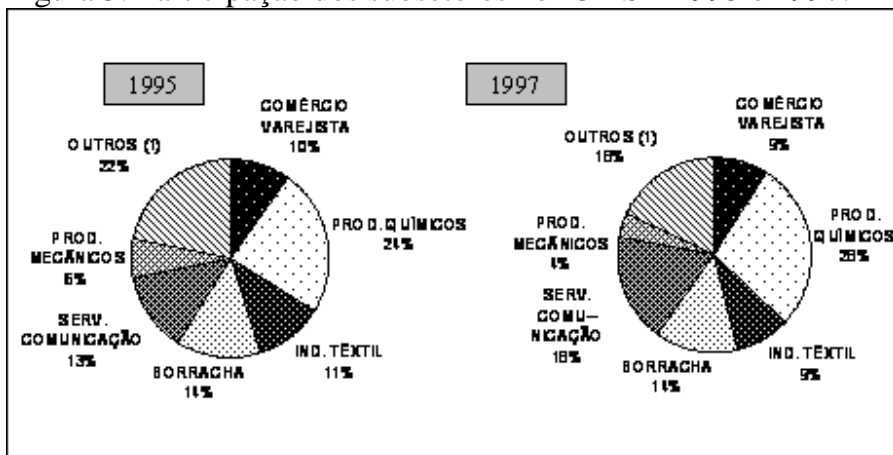
COUROS E CALÇADOS	106.070	61.427
PRODUTOS QUÍMICOS	204.875.230	274.567.527
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	618.230	667.034
PRODUTOS DE PLÁSTICO	12.600.939	20.458.261
TEXTIL	4.921.521	3.664.377
VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	850.508	987.397
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	5.041.091	5.099.420
EDIÇÃO, IMPRESSÃO E GRAVAÇÕES.	883.609	887.574
DIVERSAS	385.829	407.987
CÓMERCIO ATACADISTA	32.721.300	35.145.456
DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	847.442	313.556
SERVIÇO DE TRANSPORTE	486.961	494.847
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	15.580	399.564
REVENDEDORA DE VEÍCULOS	3.598.421	5.116.818
LOJA DE DEPARTAMENTOS	197.595	168.871
SUPERMERCADOS	19.349.298	23.231.124
COMÉRCIO VAREJISTA - OUTROS	25.112.543	26.146.380
COMÉRCIO E SERVIÇOS - OUTROS	11.381.091	18.984.373
NAO CLASSIFICADOS	22.104	100.040
OUTROS	73.401	0
TOTAL DE SANTO ANDRÉ	505.152.873	621.012.207

Valores Nominais em Reais

Fonte:Secretaria da Fazenda / SDEE /GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=493, atualizado em 23 set. 2003.

Figura 5: Participação dos subsetores no ICMS – 1995 e 1997.



Obs: (1) Serv. Transp., Mat. Plast., Elétr., Com. Atac., Prod. Alim. e Farm., etc.

Fonte: Departamento de Planejamento Econômico e Orçamentário da PMSA, 1995 e Departamento de Geração de Emprego e Renda da PMSA, 1997, a partir de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

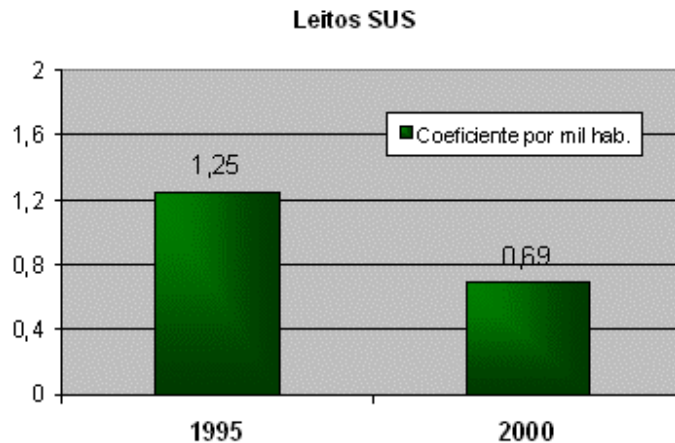
Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1998.

A tabela 11 mostra a evolução da participação dos setores na arrecadação do ICMS para o período de 1988 a 1997, mostrando a crescente participação do setor de comércio e serviços em relação ao setor industrial, cuja participação vem caindo ao longo do período, conforme comentado anteriormente.

Tabela 11: Evolução da participação dos setores na arrecadação do ICMS em Santo André de 1988 a 1997.

Saúde

Leitos SUS	1995	2000
Coeficiente por mil habitantes	1,25	0,69



Fonte: Departamento Econômico Orçamentário da PMSA, 1988 a 1994 e Departamento de Geração de Emprego e Renda da PMSA, 1995 a 1997, a partir de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1998.

A tabela 12 é interessante por reafirmar o que foi dito anteriormente a respeito das novas características industriais da região. Pode-se observar que apesar do número total de estabelecimentos industriais ter aumentado durante o período considerado, houve uma queda significativa do número de postos de trabalho na indústria para o mesmo período. Isso pode ser reflexo de uma menor demanda por empregados, ao mesmo tempo em que houve uma maior qualificação da mão de obra para estes postos, em virtude da atualização tecnológica das indústrias.

Tabela 12: Número de estabelecimentos industriais – 1999 a 2001.

GÊNERO	Nº DE ESTABELECEMENTOS			Nº DE EMPREGADOS		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Metalúrgica	212	214	202	6.687	6.715	5.194
Mecânica	192	236	221	2.186	3.896	3.545
Papel, Papelão, Edição.	46	60	65	1191	1279	1.290
Vestuário, Calçados e Adorno.	100	112	124	621	703	747
Farmacêutico	6	6	3	16	16	10
Plástico	64	60	60	1.050	927	887
Extração Mineral	43	41	37	373	393	366
Produtos Alimentícios	57	53	48	1.956	1.172	1.151
Química	29	26	28	2.668	2.654	2.664
Têxtil	25	14	15	3.060	2.960	2.939
Elétrica, Eletrônica, Informática.	40	44	51	1.167	1.093	1.139
Borracha	22	21	19	8.558	5.417	4.886
Móveis	93	90	94	1.076	814	792
Outros Tipos de Indústrias	49	38	55	2.003	262	655
TOTAL	978	1.015	1.022	32.612	28.301	26.265

Fonte: Gerência de Tributos Mobiliários / SF / GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=453, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 13 mostra os dados referentes ao setor comercial, em que houve uma diminuição não só do número de estabelecimentos, mas também dos postos de trabalho relacionados. A tabela 14 mostra os dados referentes ao setor de serviços, mostrando de fato que a maior oferta de empregos formais encontra-se neste setor, apesar de que tenha havido também uma queda na

oferta de empregos no período considerado. Parte da explicação para a queda no nível total de emprego em todos os setores considerados pode ser encontrada no aumento do número de pessoas empregadas em atividades informais. Complementando as informações, a tabela 15 mostra os dados referentes ao setor financeiro, de participação muito menor em relação aos outros setores considerados anteriormente.

Tabela 13: Número de estabelecimentos comerciais – 1999 a 2001.

GÊNERO	Nº ESTABELECIMENTOS			Nº EMPREGADOS		
	1.999	2.000	2.001	1999	2000	2001
Produtos Alimentícios	3.876	3.695	3.434	9.583	8.801	8.144
Supermercados/hipermercados/lojas de Deptº.	41	39	45	2.630	2.920	4.348
Distr.Prod.Farmacêuticos e Farmácias	301	293	294	939	879	867
Postos de Gasolina	144	150	148	1.055	1.067	1.017
Ferramentas/ferragens e Máquinas	234	567	637	852	2.347	2.064
Material de Construção e Geral	517	571	554	1.718	1.909	1.911
Móveis e Eletrodomésticos	276	285	269	1.110	991	862
Veículos, Peças e Acessórios	605	637	662	2.390	2.212	2.078
Assoc./Fund./Entidades/sindic./Cooperativas	443	469	508	4.446	4.284	2.999
Outros Tipos de Comércio	2.965	2.819	2.840	6.705	5.869	5.651
TOTAL	9.402	9.525	9.391	31.428	31.279	29.941

Fonte: Gerência de Tributos Mobiliários / SF / GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=454, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 14: Número de estabelecimentos prestadores de serviço e profissionais liberais – 1999 a 2001.

GÊNERO	Nº ESTABELECEMENTOS			Nº EMPREGADOS		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Escolas em geral	570	637	611	4.878	6.254	6.519
Hospitais, Clínicas, Consultórios e Serviços de Apoio ao Diagnóstico.	1.977	2.020	1.955	7.849	7.745	7.304
Hospitais e Clínicas Veterinárias	53	65	69	81	79	79
Serviços Automot e Estacionamento	1.362	1.394	1.302	2.401	2.261	2.128
Serviços de Construção Civil	494	640	672	4.162	4.776	3.990
Serviços de Reparação, Instalação, Conservação e Manutenção de Bens	1.576	1.205	1.242	3.871	1.910	1.700
Estúdios Fotográf. e Cinematográf.	137	148	151	425	415	356
Casas Lotéricas	57	54	53	46	44	45
Locação Bens Moveis e Imóveis	372	369	307	625	614	516
Serviços de Diversões	162	73	62	831	568	511
Escritórios Técnicos	3.449	3.785	4.059	6.984	5.851	5.834
Serviços de Higiene Pessoal	612	602	569	742	667	629
Hotéis, Motéis, Pensões e Casas de Cômodos.	58	57	61	563	557	462
Serviços de Transportes	405	450	477	6.565	6.444	6.155
Outros Serviços	1.475	1.659	1.657	10.571	10.804	9.820
TOTAL	12.759	13.158	13.247	50.594	48.989	46.048
Profissional Liberal Nível Universit	2.233	2.072	1.945	-	-	-
Profissional Liberal Nível Médio	6.176	6.696	6.300	-	-	-

Profissional Liberal Nível Diversific	20.078	20.550	20.357	-	-	-
TOTAL	28.487	29.318	28.602	-	-	-

Fonte: Gerência de Tributos Mobiliários / SF / GPU / DDU / SDU / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=455, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 15: Número de instituições financeiras – 1999 a 2001.

-	Nº ESTABELECIMENTOS			Nº DE EMPREGADOS		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
INSTITUIÇÕES						
Agências Bancárias, Postos Banc. e Cx. Eletrônico	136	131	108	2.073	1.941	1.771
Agência de Títulos, Valores e Poupança.	47	137	157	493	937	991
Companhia de Seguro e Previdência privada	21	20	21	117	112	106
TOTAL	204	288	286	2.683	2.990	2.868

Fonte: Gerência de Tributos Mobiliários / SF / GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=456, atualizados em 23 set. 2003.

Essa caracterização inicial teve em vista esclarecer algumas afirmações usuais sobre Santo André e a região do ABC. Pode-se notar que a população não sofreu mudanças significativas no período, que houve uma mudança na composição dos setores econômicos geradores de emprego e que as finanças municipais passam por uma relativa estagnação, ou seja, a arrecadação tributária não tem crescido nas proporções anteriores.

2. COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS DE INFLUÊNCIA SOBRE A QUALIDADE DE VIDA LOCAL

Este tópico contém a sistematização dos dados que revelam o comportamento das variáveis selecionadas para se verificar a influência das condições urbanas sobre a qualidade de vida local.

III. COMUNICAÇÕES

Os dados referentes a serviços de telecomunicações permitem ter alguma noção quanto à acessibilidade da população a estes serviços básicos, assim como complementam as informações referentes a infra-estrutura urbana do município. Os dados da tabela 16 mostram a expansão do sistema de telefonia em Santo André no período de 1997 a 2001, mostram um aumento de 61% no número de linhas telefônicas. Um dado significativo é o aumento de 118% no número de telefones públicos, mostrando uma preocupação com a infra-estrutura de serviços públicos da cidade, em especial no atendimento da parcela da população que não tem condições de possuir um serviço de telefonia residencial. Este crescimento acompanha o verificado no mesmo período nos principais grandes centros urbanos do país.

Tabela 16: Acesso em serviços da telefonia – período de 1997 a 2001.

CLASSES	1997	1998	1999	2000	2001
Residencial	111.540	124.815	170.697	198.185	189.410
Não Residencial	26.064	31.724	24.107	27.409	26.611
Troncos ¹	7.276	2.615	12.975	19.354	22.347
LP ²	3.185	2.360	n.d.	n.d.	n.d.
Telefone Público	2.409	3.388	4.934	4.477	5.275
TOTAL	150.474	164.902	212.713	249.425	243.643

Fonte primária: Telefônica - Telecomunicações de São Paulo S.A.

¹ Tronco - meio usado para interligação de duas centrais telefônicas

² LP - Linha Privada, destinada à exploração de serviço limitado

n.d.: dado não disponível

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=433, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 17 pode ser entendida como um indicador de desempenho cívico de uma comunidade, nos moldes do adotado por Putnam (2000), em que a presença de meios de comunicação de

massa mostra o potencial cívico de uma comunidade. Esta tabela apresenta os jornais e emissoras de rádio sediados no município. Já a tabela 18 mostra a presença de postos de atendimento de serviços postais do município. O fato dos números apresentados não mostrarem variação significativa no período pode ser um indicador da eficiência do sistema implantado.

Tabela 17: Jornais e estações de rádio sediados no município – dados de 2001.

JORNAIS DO MUNICÍPIO	6
Diário do Grande ABC	
Jornal Ponto Final	
Jornal ABC Repórter	
Folha Regional Sete Municípios	
Estação Notícia	
ABC Capital	
RÁDIOS	2
Rádio Emissora ABC	AM 1.570 Khz
Imaculada Conceição	AM 1.490 Khz

Fonte: Secretaria de Comunicação / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=436, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 18: Postos de atendimento de serviços postais, dados de 1994 a 2001.

POSTOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agências de Correio	4	4	4	4	4	4	4	4
Agências Franqueadas	6	7	6	6	7	7	7	7
Nº de Caixas de Coleta	110	n.d.	131	138	128	149	149	116
Postos de Vendas de Produtos	265	n.d.	86	107	111	147	82	112
Nº de Centros Operacionais	1	1	1	1	1	1	1	1
Nº de Centros de Distrib. Domiciliar	-	-	-	-	-	-	5	5
Nº de Centros de Triagem	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

n.d.: Dado não disponível

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=434, atualizados em 23 set. 2003.

CULTURA

Os dados relativos a cultura mostram alguns indicadores referentes ao acesso de bens culturais do município. Na tabela 19 temos o número de bibliotecas municipais e a evolução de seus acervos durante o período de 1993 a 2001. Fato importante é a presença de uma biblioteca virtual, que procura suprir a demanda da população que possui acesso a internet, facilitando a obtenção de informações sobre o acervo das unidades municipais.

Tabela 19: Bibliotecas municipais e acervo – período de 1993 a 2001.

EQUIPAMENTOS	Nº DE ESTABECIMENTOS	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
BIBLIOTECA CENTRAL	1	21.293	21.889	22.720	23.032	23.632	25.517	25.675	27.034	25.675
BIBLIOTECA CIRCULANTE	1	29.931	30.332	31.312	31.842	32.080	32.825	33.255	34.908	33.255
BIBLIOTECA ESCOLAR	1	7.537	7.974	8.549	87.331	8.953	9.117	9.326	9.783	9.326
BIBLIOTECA PERIÓDICOS	1	1.225	1.251	1.270	1.274	300	1.383	150	105	150
BIBLIOTECA DISTRITAL	1	13.237	13.704	14.474	15.046	15.279	15.373	15.739	17.325	15.739
BIBLIOTECA RAMAIS	10	35.639	36.690	54.123	41.557	42.575	43.053	40.672	47.064	40.672
BIBLIOTECA INFORMAÇÃO (VIA TELEFONE) ¹	1	-	-	-	-	-	350	-	-	(2)
BIBLIOTECA BRAILLE	1	1.486	1.615	1.823	1.852	1.869	1.995	2.010	2.083	2.010
CAIXA ESTANTE	1	3.535	3.756	4.182	4.230	4.482	4.526	4.706	4.842	4.706
GIBITECA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3.300

Fonte: SECEL / PMSA

(1) Não possui acervo fixo. Usa de todas as Bibliotecas.

(2) Biblioteca Virtual: www.santoandre.sp.gov.br/cultura/BV/default

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=437, atualizados em 23 set. 2003.

Na tabela 20 temos a relação dos equipamentos culturais municipais e seus respectivos acervos, para o período de 1996 a 2001. É interessante notar que ao mesmo tempo em que os respectivos acervos cresceram de forma gradual durante o período, em sua maior parte, o número de usuários também cresceu significativamente no período, como se pode constatar, por exemplo, pelo aumento no número de usuários da videoteca pública.

Tabela 20: Equipamentos culturais – período de 1996 a 2001.

MUSEU DE STO. ANDRÉ	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Arq. de documentação escrita	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Arquivo de Fotos e Negativos	12.580	13.150	13.750	14.022	17.184	17.928
Arquivo de Teses	70	70	76	80	87	91
Acervo de Livros e Anais	1.433	1.468	1.484	1.524	1.598	803
Peças e Objetos	790	882	910	1.054	1.095	1.560
Coleções de Jornais	13	13	13	13	16	20
Títulos de Jornais Avulsos	83	83	98	150	152	155
Documentos Avulsos	1.310	1.310	1.340	1.370	1.388	1.409
SERVIÇOS DE VÍDEO	-	-	-	-	-	-
Videoteca Pública - Títulos	957	957	1.128	1.151	1.600	1.151
Nº. Associados da Videoteca	9.705	26.984	39.760	34.421	38.773	34.421
Nº filmes Adulto Cine Vídeo	-	-	-	1.540	-	1.540
Nº filmes Infantil Cine Vídeo	-	-	-	30	-	30

Fonte: Depto. Cultura / SECEL / PMSA, Museu de Santo André

n.d.: Dado não disponível

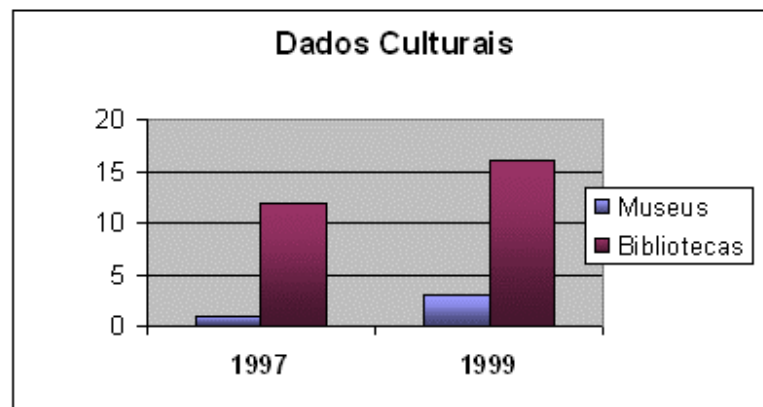
Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=441, atualizados em 23 set. 2003.

A figura 6 sintetiza a evolução no número de museus e bibliotecas municipais entre os anos de 1997 e 1999.

Figura 6: Evolução dos principais equipamentos culturais – 1997 a 1999.

Cultura		
Parâmetro	1997	1999
Museus	1	3
Bibliotecas	12	16

Fonte: SEADE



A tabela 21 mostra os equipamentos municipais de esporte e lazer existentes no ano de 2001, indicando a área total dos mesmos e o que cada espaço oferece como estrutura de esporte e lazer. Estes dados são complementados pelos dados da tabela 22, que compara os dados dos equipamentos públicos com os equipamentos particulares de Santo André. Por estes dados percebe-se que a estrutura pública pode ser considerada equivalente a estrutura particular em oferta de equipamentos, e em alguns casos nitidamente superior, como quanto ao número de campos de futebol.

Tabela 21: Equipamentos municipais de esporte e lazer – dados de 2001.

EQUIPAMENTOS	ÁREA em M ² (1)
ESTÁDIO BRUNO JOSÉ DANIEL	49.404
Pista de Atletismo oficial de terra	-
COMPLEXO ESPORTIVO PEDRO DELL' ANTONIA	20.838
Ginásio Poliesportivo I, Ginásio coberto II, Ginásio coberto III, Piscina Olímpica, Piscina semi-olímpica coberta.	-
PARQUE DUQUE DE CAXIAS	67.531
Quadras Poliesportivas, Campo de Futebol, Área de preparo físico, Pistas de Cooper, Skate, Patinação, Ginásio poliesportivo, Lagos, playground, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE REGIONAL DA CRIANÇA - Palhaço Estrimilique	66.398
Quadras tênis e ginástica, Pistas de Cooper e Caminhadas, EMIA, 2 Lagos, Play- Ground e Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE ANTÔNIO PEZZOLO (CHÁCARA PIGNATARI)	34.632
Quadras de vôlei, basquete, futebol de salão e society, Área de preparo físico - Ginástica e Jogos, Pistas de Cooper e Caminhadas, Aulas de Dança de Salão, Tai-Chi-Chuan., Oficinas Artísticas, playground, EMIA E EMEIF, Bosque, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE DA JUVENTUDE	40.729
Campo Futebol, Área de preparo físico - Ginástica e Tai-Chi-Chuan, Pistas de Cooper, Skate e Parede de Escalada, Shows Mensais, Play- Ground, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE REGIONAL DE CONVENÇÕES E LAZER DE SANTO ANDRÉ (Parque Central)	346.647
Campo de Futebol e Campo de Areia, Quadras, Play – Ground, Pistas de Cooper e Caminhadas, 3 Lagos, Bosque, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE ANTÔNIO FLÁQUER	36.307
Área de preparo Físico (Alongamento), Área Arborizada, Play – Ground, Pistas de Cooper e Caminhadas, Feira de Artesanato, Sede da Banda Lira de Santo André, Coreto, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE REGIONAL E JARDIM BOTÂNICO DO PEDROSO	8.396.857
Campo de Futebol, Quadras, Play – Ground, Pistas de Caminhadas, Lagos, Área preservada de Mata	-

Atlântica, Churrasqueiras, Capela, Viveiro Municipal, Sede Administrativa e Sanitária.	
PARQUE NORIO ARIMURA	16.755
Quadras, Play – Ground, Pistas de Caminhadas, Espelhos d 'Água, Bancos, Auditório Externo, Pista de Cooper, Sede Administrativa e Sanitária.	-
PARQUE ESCOLA	48.941
Área de preparo Físico (Alongamento), Área Arborizada, Play – Ground, Pistas de Cooper e Caminhadas, Galpões para Oficinas, Minhocário, Estufa, Laboratório, Auditório Externo, Anfiteatro, Mini Biblioteca e Videoteca, Sede Administrativa e Sanitária.	-

Fonte: Dep. de Esportes / SECEL / DPAV / SSM / PMSA

(1): Os itens de área foram obtidos através de levantamento aerofotogramétrico ou projeto de implantação do parque. No caso do Parque Escola encontra-se inserida no item área construída o edifício ocupado pela sede do Depto. de Parques e Áreas Verdes. No caso do Parque Central, a área total considerada é a partir da portaria na Rua José Bonifácio.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=443, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 22: Equipamentos esportivos totais – anos de 1999 / 2000 / 2001.

-	1999		2000		2001	
	PÚBLICO	PARTICULARES	PÚBLICO	PARTICULARES	PÚBLICO	PARTICULARES
Nº de Ginásio (cobertos)	6	18	6	13	5	13
Nº de Quadras	115	82	27	13	23	n.d
Nº de Centros Esportivos	13	-	18	13	17	n.d
Nº de Campos de Futebol	79	21	43	8	43	8
Nº de Pistas de Atletismo	1	1	1	1	1	n.d
Número de Quadras de Bocha	19	16	1	3	n.d	n.d
Número de Piscinas Públicas	22	51	15	8	14	n.d
Número de Clubes	-	20	-	13	-	13
Número de Assoc. Desp. Classista	-	3	-	5	-	n.d

Fonte: Dep.de Esportes /SECEL/ PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=457, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 23 mostra os principais espaços culturais municipais públicos de Santo André

Tabela 23: Principais espaços culturais – dados de 2001.

ESPAÇOS	QUANTIDADE
ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÕES	4
Casa do Olhar	-
Salão de Exposições do Paço Municipal	-
Saguão do Cine-Teatro Carlos Gomes	-
Museu de Santo André	-
ESCOLAS DE ARTES	3
EMIA - Escola Municipal de Iniciação Artística	
Chácara Pignatari	-
EMIA - Escola Municipal de Iniciação Artística	
Aron Feldman	-
Núcleo de Formação Teatral	-
-	-
ESPAÇOS PARA SHOWS	2
Parque da Juventude	-
Concha Acústica da Praça do Carmo	-

Fonte: SECEL / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=444, atualizados em 23 set. 2003.

EDUCAÇÃO

Em relação à educação, a tabela 24 mostra o número de escolas particulares e municipais de educação infantil, com o número respectivo de alunos matriculados em cada uma delas, para o período de 1997 a 2001. Por esta tabela podemos perceber que a maior parte das crianças matriculadas estão em instituições públicas ou conveniadas, havendo um aumento no número de unidades proporcionalmente ao aumento de alunos matriculados no período.

Tabela 24: Número de escolas particulares e municipais de educação infantil e alunos matriculados.

ESCOLAS	1997	1998	1999	2000	2001
PARTICULAR	28	35	46	50	65
CRECHE MUNICIPAL	12	19	19	19	19
CRECHE SUBVENCIONADA	15	14	14	14	16
EMEIEF- EDUC. INFANTIL	41	41	41	43	44
TOTAL	96	109	120	126	144
ALUNOS	-	-	-	-	-
PARTICULAR	2.123	2.753	3.291	3.836	4.643
CRECHE MUNICIPAL	1.231	2.703	3.500	3.673	3.903
CRECHE SUBVENCIONADA	1.907	1.857	1.857	1.857	2.000
EMEIEF- EDUC. INFANTIL	15.670	10.626	11.500	18.718	21.658
TOTAL	20.931	17.939	20.148	28.084	32.204

Fonte: Diretoria de Ensino - Região de Santo André/ Secretaria de Educação e Formação Profissional / PMSA
 Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1482, Atualizados em 23 set. 2003.

Os dados da tabela 25 mostram a estrutura do ensino municipal, incluindo alunos de outras faixas etárias. Um dado interessante que esta tabela mostra é a diminuição do número de alunos dos programas de ensino para adultos e alfabetização de adultos, assim como do programa de ensino profissionalizante, ao mesmo tempo em que a demanda por educação de crianças aumentou no mesmo período. Isso pode também ser um reflexo das mudanças no padrão de emprego mencionadas anteriormente, com maiores oportunidades no sistema informal, não tão dependente de especialização. Cabe lembrar que, apesar do perfil do trabalhador formal demandar formação mais especializada, o número de postos de emprego para este tipo de perfil vem declinando, não sendo, portanto, um grande indutor para a educação do tipo profissionalizante.

Tabela 25: Estrutura do ensino municipal – anos de 2000 e 2001.

ESTABELECIMENTOS	2000					2001				
	Nº de Alunos	Nº de Classes	Nº de Salas	Média Aluno/Sala	Nº de Escolas	Nº de Alunos	Nº de Classes	Nº de Salas	Média Aluno/Sala	Nº de Escolas
Escola Municipal (E.M.E.I.S.)	18.718	863	359	30	43	21.658	794	794	27	44
Creches Públicas	3.673	(1)	(1)	(1)	19	3.903	114	114	34	19
Creches Particulares Subvencionadas	1.857	(1)	(1)	(1)	14	2.000	96	96	21	16
Educação de Jovens e Adultos (S.E.J.A)	3.951	120	120	30	26	2.423	102	102	24	28
Movimento de Alfabetização (MOVA)	2.900	110	110	20	(2)	1.809	93	93	20	34
Escola Municipal de Ensino Profissionalizante	6.360	0	0	20	4	2.078	80	80	20	4

Fonte: Secretaria de Educação e Formação Profissional / PMSA

⁽¹⁾ No que diz respeito às creches municipais e subvencionadas, não existem classes e sim módulos de crianças.

⁽²⁾ Os Programas não possuem número de escolas, pois utilizam as estruturas já existentes como: associações, igrejas, emeis, instituições etc.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=476, atualizados em 23 set. 2003.

As tabelas 26 e 27 complementam as informações sobre a estrutura de ensino do município, constantes na tabela 25, desagregadas em ensino fundamental (tabela 26) e ensino médio (tabela 27), incluindo-se agora as escolas particulares e as escolas estaduais. A análise das três tabelas indica que a maior estrutura existente no município refere-se a instituições de ensino estadual, com presença maior do que as particulares e municipais. Por outro lado, nota-se que ao mesmo tempo em que houve um declínio do número de alunos de escolas particulares e estaduais, houve um aumento do número de alunos das escolas municipais, parecendo indicar a migração de alunos para estas instituições de ensino no período analisado.

Tabela 26: Escolas particulares e estaduais de ensino fundamental e alunos matriculados – período de 1997 a 2001.

ESCOLAS	1997	1998	1999	2000	2001
Particular	35	37	43	49	51
Estadual	92	79	93	93	93
TOTAL	127	116	136	142	144
ALUNOS	-	-	-	-	-
Particular	15.156	12.316	14.590	14.410	14.411
Estadual	90.393	85.190	79.855	75.817	68.132
TOTAL	105.549	97.506	94.445	90.227	82.543

Fonte: Diretoria de Ensino - Região Santo André

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=480, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 27: Escolas particulares e estaduais de ensino médio e alunos matriculados – período de 1997 a 2001.

ESCOLAS	1997	1998	1999	2000	2001
Particular	14	18	20	25	25
Estadual	41	79	47	51	51
TOTAL	53	97	67	76	76
ALUNOS	-	-	-	-	-
Particular	8.980	8.191	7.821	7.737	7.229
Estadual	29.585	32.290	34.070	33.666	30.664
TOTAL	38.565	40.481	41.891	41.403	37.893

Fonte: Diretoria de Ensino - Região Santo André

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=483, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 28 mostra a quantidade de alunos em situação especial atendidos pela rede de ensino municipal. Percebe-se o aumento de alunos atendidos nestas condições no período avaliado, com

destaque positivo no aspecto de inserção dos mesmos, que conforme a nota anexa à tabela, estão incluídos nas salas regulares e não segregados em classes especiais.

Tabela 28: Educação inclusiva – período de 1999 a 2001.

INDICADORES	Escola Municipal			Creche Municipal			Ed. Jovens e Adultos (SEJA)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Nº de Alunos Especiais	198	292	282	52	68	64	45	48	93
Nº de Classes com Alunos Especiais	150	-	787	52	-	114	35	-	100
Nº de Salas com Alunos Especiais	150	(1)	787	52	(1)	114	35	(1)	100
Média de Alunos Especiais por Sala	1	-	0.3	1	-	0.6	1	-	0.9

Fonte: Secretaria de Educação e Formação Profissional / PMSA

(1) Todos os alunos especiais estão incluídos nas salas regulares de ensino, sendo assim não há número de salas especializadas.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=478, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 29 mostra o número de alunos e classes segundo o tipo de deficiência para as escolas estaduais. Já a tabela 30 mostra o número de escolas particulares e estaduais que oferecem sala de educação especial e a quantidade de alunos matriculados. Da mesma forma que ocorre quanto ao ensino fundamental e médio, parece haver migração de alunos da rede particular e estadual para a rede municipal no período, pela análise do número de alunos matriculados no período avaliado.

Tabela 29: Alunos e classe segundo o tipo de deficiência por escolas estaduais.

-	ESTADUAL					
	ALUNOS			CLASSE		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Deficiênc. Auditiva	110	102	98	12	12	11
Deficiência Mental	193	212	204	19	21	21
Deficiência Visual	45	55	33	5	5	5
TOTAL	348	369	335	36	38	37

Fonte: Diretoria de Ensino - Região Santo André

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=485, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 30: Número de escolas particulares e estaduais que oferecem sala de educação especial e alunos matriculados – período de 1996 a 2001.

ESCOLAS	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Particular	1	1	1	1	n.d.	1
Estadual	6	6	12	19	17	19
TOTAL	7	7	13	20	17	20
ALUNOS	-	-	-	-	-	-
Particular	320	320	287	n.d.	n.d.	n.d.
Estadual	414	417	391	348	369	335
TOTAL	734	737	678	348	369	335

Fonte: Diretoria de Ensino - Região Santo André

n.d.= Dado não disponível

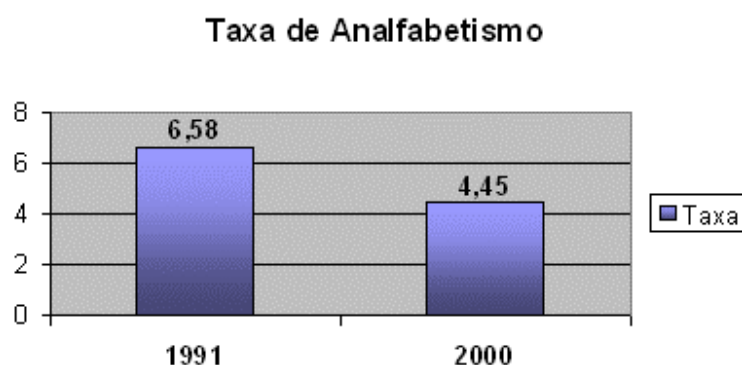
Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=487, atualizados em 23 set. 2003.

A figura 7 mostra a evolução das taxas de analfabetismo de Santo André para os anos de 1991 e 2000, indicando a queda significativa no período avaliado, em grande parte devido aos programas citados anteriormente de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

Figura 7: Taxa de analfabetismo em Santo André – dados de 1991 e 2000

Analfabetismo	1991	2000
Taxa	6,58	4,45

Fonte: SEADE



DADOS AMBIENTAIS

Os dados ambientais apresentados a seguir procuram indicar os aspectos mais significativos da qualidade de vida da população de Santo André. Apesar da proposta original do projeto envolver a presença de outros indicadores, alguns dados não puderam ser coletados por não estarem disponíveis ou consolidados no momento da pesquisa. Os dados referentes à riscos ambientais fazem parte deste grupo de dados ausentes, embora seguramente se relacionem fortemente com a qualidade de vida da população.

Em relação às áreas sujeitas a enchentes, um levantamento do SEMASA realizado em 1998 constatou a existência de cerca de 49 pontos de enchente na Zona Urbana, com três grandes áreas localizadas ao longo da Avenida dos Estados, em antigas áreas da planície de inundação do rio Tamanduateí. A prefeitura relaciona os seguintes fatores como indutores de problemas: impermeabilização do solo; canalização de córregos municipais e a construção de avenidas ao longo de suas margens; assoreamento dos leitos dos córregos; entupimento de galerias de águas pluviais e de córregos por lixo e resíduos diversos e danos às galerias.

Como já havia sido dito anteriormente, parte do município encontra-se em áreas de proteção ambiental. A tabela 31 mostra as porcentagens do município que estão sob algum tipo de proteção especial, em relação ao restante da área do município.

Tabela 31: Áreas e percentual do município situado em área de proteção ambiental.

ÁREA	Km ²	%
Área Urbana	66,45	38,11
Área de Expansão Urbana	96,14	55,13
Área da Vertente do Rio Mogi	11,79	6,76
Área Total	174,38	100,00

Fonte: GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=543, atualizados em 23 set. 2003.

Em relação às áreas verdes, a tabela 32 apresenta as principais unidades existentes no município. Não é preciso salientar ainda mais a importância da presença de áreas verdes no ambiente urbano, não só pelo aspecto paisagístico, mas principalmente para melhorar o micro clima urbano. O índice apresentado por Santo André corresponde a aproximadamente 5% da área total do município

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Santo André (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1998), um estudo realizado em 1996 pela antiga Secretaria de Planejamento, constatou que do total da área líquida da Zona Urbana (45.701.000m²), apenas 3,64% referem-se a áreas verdes. A metragem total da área verde é de 1.664.841m², não se considerando neste cálculo 510.559m² do antigo Parque Guaraciaba, em parte por problemas de invasão de áreas. Excluindo-se do total da metragem as áreas ocupadas, obtém-se 1.515.977m², que divididos pelo número de habitantes da Zona Urbana (aproximadamente 600.000 pessoas em 1998) resultaria em um índice de 2,53m² de área verde por habitante. Se por outro lado a área do Parque do Pedroso for considerada no cálculo, a percentagem de área verde sobre a Zona Urbana sobe para 22,25% e o índice por habitante eleva-se para 16,95 m², ficando acima da previsão legal, já que A Lei Orgânica Municipal, no artigo 7º. de suas Disposições Transitórias, estabelece que, no prazo de 20 anos, o Município deverá possuir 16m² de área verde por habitante. Cumpre mais uma vez salientar que em momento algum a ONU se pronunciou quanto a metragem mínima por habitante, referida erroneamente como de 12 m² por habitante. A tabela 32 apresenta a descrição das principais áreas verdes municipais, com dados atualizados para 2001.

Tabela 32: Principais áreas verdes – dados de 2001.

PARQUES MUNICIPAIS	ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA CONSTRUIDA (m ²)
PARQUE DUQUE DE CAXIAS	67.531	2.674
PARQUE REGIONAL DA CRIANÇA Palhaço Estrimilique	66.398	1.043
PARQUE REGIONAL DO PEDROSO	8.396.857	3.520
PARQUE ANTÔNIO PEZZOLO (Chácara Pignatari)	34.632	1.405
PARQUE NORIO ARIMURA	16.755	132
PARQUE ANTÔNIO FLÁQUER	36.307	409
PARQUE CENTRAL	346.647	1.504
PARQUE DA JUVENTUDE	40.729	512
PARQUE CIDADE DOS MENINOS	12.619	23
PARQUE ESCOLA	48.941	2.739
TOTAL	9.067.416	13.208

Fonte: DPAV / SSM / PMSA

OBS.: Os itens de área foram obtidos através de levantamento aerofotogramétrico ou projeto de implantação do parque. No caso do Parque Escola encontra-se inserida no item área construída o edifício ocupado pela sede do Depto. de Parques e Áreas Verdes. No caso do Parque Central, a área total considerada é a partir da portaria na Rua José Bonifácio.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=400, atualizados em 23 set. 2003.

Em relação ao abastecimento de água e esgoto, nota-se pela tabela 33 que a porcentagem da população atendida permanece constante ao longo do período analisado. Embora isto sugira a falta de investimentos no setor, deve ser considerado o aumento do número de habitantes da cidade no período, principalmente em áreas não dotadas de infra-estrutura básica. Por isso, pode-se considerar que o ritmo de implantação do sistema de abastecimento de água e esgoto tem acompanhado a evolução urbana da cidade, como demonstra o aumento da rede física apresentada na tabela 34. As figuras 8 e 9 trazem esta informação em formato gráfico. Este índice de cobertura pode ser considerado adequado para uma cidade do porte de Santo André, principalmente se levarmos em conta a realidade das demais cidades brasileiras. Na tabela 35 temos a indicação das porcentagens de abastecimento relativas a cada uma das empresas fornecedoras: SABESP (estadual) e SEMASA (municipal).

Tabela 33: Abastecimento de água e rede de esgoto - porcentagem da população atendida – anos 1996 a 2001.

TIPO DA REDE	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Rede de Água	98.00	98.97	98.00	98.00	98.00	98.00
Rede de Esgoto	96.00	96.19	95.00	95.00	96.00	96.00

Fonte: SEMASA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=494, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 34: Extensão da rede de água e esgoto – dados de 1996 a 2001.

-	Extensão total da rede (m)					
-	1996	1997	1998	1999	2000	2001
ÁGUA	1.652.191.78	1.665.743.48	1.680.368.48	1.700.000.00	1.713.577.98	1.723.765.98
ESGOTO	1.014.116,09	1.019.900.31	1.025.659.39	1.080.000.00	1.035.915.00	1.039.612.49

Fonte: SEMASA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=495, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 35: Oferta de água tratada segundo responsável pelo fornecimento, em m³ - período de 1990 a 2001.

ANO	FORNECEDOR		
	SABESP	SEMASA	TOTAL
1990	52.347.998	1.955.459	54.303.457
1991	51.885.717	2.615.472	54.501.189
1992	52.248.311	2.474.430	54.722.741
1993	54.539.027	2.439.213	56.978.240
1994	53.718.170	2.428.306	56.146.476
1995	51.000.000	2.700.000	53.700.000
1996	57.378.220	1.897.201	59.275.421
1997	55.621.385	1.665.573	57.286.958
1998	57.075.123	2.000.097	59.075.220
1999	55.500.000	1.850.000	57.350.000
2000	53.813.303	2.191.877	56.005.180
2001	51.044.172	1.956.440	53.000.612

Fonte: SEMASA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=496, atualizados em 23 set. 2003.

Figura 8: Abastecimento de água.

Abastecimento de Água

Indicador	1991	2000
Nível de Atendimento	97,00	97,00

Fonte: SEADE

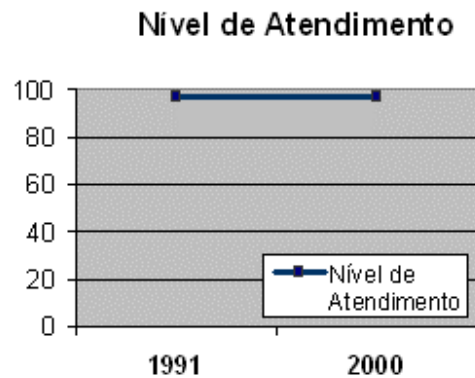
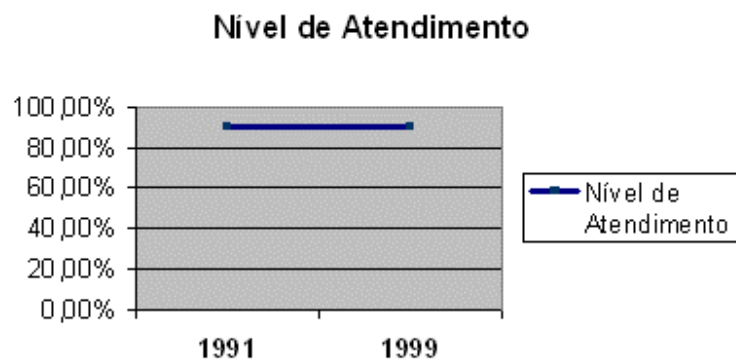


Figura 9: Índice de coleta de esgoto

Esgoto Sanitário

Indicador	1991	1999
Nível de Atendimento	90,59%	90,32%
Economias Residenciais	162625	204654

Fonte: SEADE



A tabela 36, subdividida em dados para o ano de 2000 e 2001 apresenta os dados sobre a qualidade das águas superficiais para Santo André. Por ela percebe-se que a qualidade das águas do rio Tamanduateí permanecem críticas. Segundo dados da CETESB, o trecho da foz do rio é o curso d'água mais poluído da região metropolitana de São Paulo. Ao mesmo tempo, percebe-se um aumento na degradação do Rio Grande – Jurubatuba, em parte devido a pressão de urbanização próxima à represa, freqüentemente caracterizada por loteamentos clandestinos e ilegais, sem qualquer tipo de controle sobre os efluentes liberados em direção a represa.

Tabela 36: Qualidade das águas superficiais. Dados de 2000 e 2001.

Ano de 2000:

MESES	Rio Grande Jurubatuba	Represa do Rio Grande (1)	Represa Billings (2)	Rio Tamanduateí (3)
JANEIRO	BOA	BOA	BOA	PÉSSIMA
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	ACEITÁVEL	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	ACEITÁVEL	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	BOA	ÓTIMA	ÓTIMA	PÉSSIMA
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	BOA	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
OUTUBRO	-	-	-	-
NOVEMBRO	BOA	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
DEZEMBRO	-	-	-	-

Fonte: CETESB

(1) Rio Grande - Captação SABESP

(2) Billings - Corpo Central - Ponte Rodovia Imigrantes

(3) Tamanduateí - Av. dos Estados, divisa São Caetano do Sul / Santo André

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=397, atualizados em 23 set. 2003.

Ano de 2001:

MESES	Rio Grande Jurubatuba	Represa do Rio Grande (1)	Represa Billings (2)	Rio Tamanduateí (3)
JANEIRO	BOA	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	ACEITÁVEL	ÓTIMA	BOA	PÉSSIMA
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	ACEITÁVEL	BOA	BOA	PÉSSIMA
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	ACEITÁVEL	ÓTIMA	ÓTIMA	PÉSSIMA
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	ACEITÁVEL	BOA	ÓTIMA	PÉSSIMA
OUTUBRO	-	-	-	-
NOVEMBRO	ACEITÁVEL	ACEITÁVEL	BOA	PÉSSIMA
DEZEMBRO	-	-	-	-

Fonte: CETESB

(1) Rio Grande - Captação SABESP

(2) Billings - Corpo Central - Ponte Rodovia Imigrantes

(3) Tamanduateí - Av. do Estado, divisa São Caetano do Sul / Santo André

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=395, atualização em 23 set. 2003.

O índice de coleta de lixo de Santo André é bem alto, aproximando-se da cobertura total do serviço. Os indicadores para este item aparecem na figura 10 e na tabela 37. Percebe-se também, na análise dos indicadores um aumento, ainda pequeno, da quantidade de lixo reciclado pelo município.

Figura 10: Índice de coleta de lixo.

Coleta de Lixo

Indicador	1991	2000
Nível de Atendimento	99,60%	99,80%

Fonte: SEADE

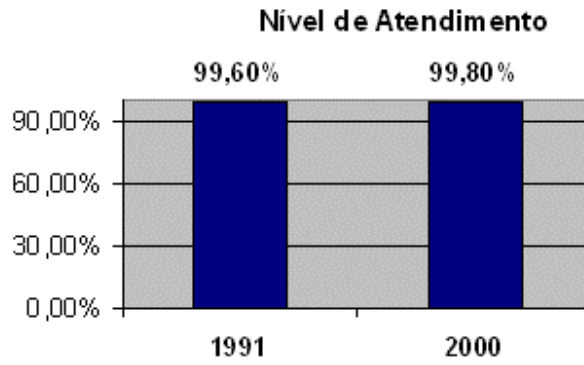


Tabela 37: Coleta de lixo – período de 1995 a 2001.

INDICADORES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Percentual da população atendida	95,0	100.0	100.0	99.4	100.0	100.0	100.0
Nº de funcionários na coleta	260	230	238	238	240	240	221
Lixo coletado ton./dia	460	538	522	535.79	539.88	638.74	630
Lixo domiciliar ton./dia	-	532	516	531	536.44	634.56	545
Lixo hospitalar ton./dia	-	6.03	5.83	5.31	3.44	4.18	3.75
Lixo industrial ton./dia	-	110	45	29.48	19.62	16.08	6
Lixo reciclável ton./dia	-	-	-	-	-	17.97	22
Lixo municipal ton./dia	-	-	-	-	35.05	85.44	57
Produção de lixo per capita / dia (gr.)	760	830	800	810	950	1.030	1.050

Fonte: Ger. Coleta e Destino Final de Resíduos Sólidos / SEMASA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=405, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 38 complementa as informações adicionando dados sobre os serviços de limpeza urbana. Nota-se no período analisado o grande aumento da cobertura de varrição, assim como da extensão varrida em quilômetros.

Tabela 38: Serviço de limpeza pública – período de 2000 a 2001.

INDICADORES	2000			2001		
	Indireta	Direta	TOTAL	Indireta	Direta	TOTAL
% extensão de ruas atendidas pelo serviço de varrição manual	73	8	81	94	3	97
Nº de funcionários para varrição manual	91	90	181	172	19	191
Equipamentos (Lutocar)	40	90	130	127	4	131
Km de varrição por dia (média)	123.84	64.33	188.17	242.65	27.26	269.91
Total de varredores	43	-	43	102	13	115
Total de Lutocar (carrinheiro + coleta)	40	-	40	70	6	76
Total de Lutocar (carrinheiro+varrição+coleta)	-	90	90	172	19	191
Total de Cone (funcionário que transporta o cone de sinalização)	8	-	8	15	0	15

Fonte: Ger. Varrição e Limpeza Municipal /SEMASA

(1): Os serviços de varrição são realizados em parte pela administração direta e em parte por empresa contratada.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=408, atualizados em 23 set. 2003.

DADOS HABITACIONAIS

Os dados habitacionais do município apresentados na tabela 39 mostram a evolução do número de domicílios para o período de 1991 a 2001. Neste período, pode-se verificar um aumento de cerca de 14% no número total de domicílios, embora o aumento tenha sido relativamente maior entre os apartamentos, com cerca de 82% de crescimento no período, contra apenas 7,8% de crescimento no número de residências. Apesar disso ser um claro sinal da verticalização acentuada da zona urbana do município, já que em geral as ocupações das zonas de expansão urbana se caracterizam por unidades residenciais, deve-se considerar na análise destes dados que eles são relativos a “cidade legal”, cadastrada na prefeitura, em contraposição a cidade real, que

engloba não só os loteamentos clandestinos e ilegais, assim como as sub moradias. Para algumas cidades como, por exemplo, São Paulo, a cidade legal representa hoje menos de 60% da cidade real.

Tabela 39: Número de domicílios – período de 1991 a 2001.

ANO	Residência	Apartamentos	Total Domicílios
1991	128.177	11.393	139.570
1992	129.126	11.484	140.610
1993	131.434	12.443	143.877
1994	131.246	13.268	144.514
1995	132.264	13.673	145.937
1996	132.264	13.673	145.937
1997	132.769	14.493	147.262
1998	138.090	15.671	153.761
1999	138.762	18.366	157.128
2000	138.835	19.892	158.727
2001	138.283	20.703	158.986

Fonte: Gerência de Tributos Imobiliário / Secretaria de Finanças / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=546, atualizados em 23 set. 2003.

Assim como na maioria das grandes cidades brasileiras, em Santo André, parte das áreas verdes públicas encontra-se ocupada total ou parcialmente por favelas (em 1993 eram 48 favelas em áreas verdes), assim como se localizam em áreas de características físicas impróprias à ocupação (terrenos de altas declividades, sujeitos a deslizamentos e erosão, áreas ao longo de córregos ou cobertas por vegetação significativa). O avanço da ocupação precária na Área de Proteção aos Mananciais coloca cada vez mais em risco a qualidade da água da Represa Billings que abastece o Município e parte da região. Um grande problema associado é que nestas áreas existe uma grande carência de serviços urbanos básicos como sistema de água e esgoto, coleta regular de lixo, transporte coletivo e equipamentos públicos.

Os dados da prefeitura indicavam para esta região, em 1998, um total de 18 assentamentos em área urbanizada, com infra-estrutura, sistema viário e parcelamento do solo definido, 51 em

intervenção, 47 em processo de regularização fundiária e 3 beneficiados por um programa de melhorias da Prefeitura e do SEMASA – Serviço Municipal de Água e Saneamento.

A tabela 40 mostra os dados referentes ao atendimento habitacional para moradores de favelas no período de 1999 a 2001.

Tabela 40: Atendimento às favelas pelos programas habitacionais do município – período de 1999 a 2001.

TIPO	QUANTIDADE			Nº DOMICÍLIOS		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
-						
Favelas urbanizadas (1)	20	27	27	4.161	4.536	4.536
Favelas em processo de urbanização	-	36 (6)	36 (6)	-	13.427	13.427
Favelas atendidas por outros programas habitacionais (2)	57	25	25	12.004	4.385	4.385
Favelas regularizadas (3)	2	12 (5)	12 (5)	775	1.503	1.503
Favelas em processo de regularização (4)	40	65	65	11.126	17.775	17.775

Fonte: Gerência de Desenvolvimento Comunitário / DEHAB / SISH / PMSA.

OBS: Os universos apresentados se sobrepõem; um mesmo núcleo aparece em mais de uma linha, pois os programas são complementares.

(1) Assentamentos que foram dotados de infra-estruturas básicas, tiveram o parcelamento do solo urbanisticamente regularizado e sua regularização jurídica encaminhada.

(2) Assentamentos que receberam obras de melhoria e saneamento, de prevenção e/ou eliminação de áreas de risco e ações sócio-educativas ambientais, através do programa de Urbanização Gradual definido pela Política Habitacional do Município e do Programa "Favela Limpa".

(3) Assentamentos que tiveram sua regularização jurídica concluída.

(4) Assentamentos que possuem processos de regularização fundiária em andamento, ou por instituição de AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) ou por intermédio da negociação com os proprietários das áreas ocupadas (no caso de áreas particulares).

(5) 11 favelas tiveram regularização fundiária administrativa concluída e 1 área teve regularização integral.

(6) Incluindo 6 áreas que estão sendo urbanizadas pela CDHU.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=547, atualizados em 23 set. 2003.

De acordo com dados da Prefeitura de Santo André, em 1997 existiam no município 20.841 lotes vagos, sendo mais da metade (66,57%) localizados em zona urbana e o restante (33,43%) na zona de expansão urbana, incluindo a área de proteção aos mananciais. Em relação à metragem dos lotes, correspondente 66.734.453m², 86,3% (57.568.098m²) estavam situados na zona de expansão urbana e 13,7% (9.166.355m²) na zona urbana.

SAÚDE

Os dados de saúde coletados procuram avaliar a evolução do atendimento à saúde do município. Na tabela 41 são apresentados os equipamentos de saúde e o número de atendimento realizados no ano de 2001. A tabela 42 apresenta a relação de hospitais e leitos para o período de 1993 a 2001. Por estas duas tabelas pode-se perceber que a estrutura de saúde municipal é bem menor que a rede particular, e a porcentagem de internações durante o período de 1990 a 2001, reproduzida na tabela 43, indica que a proporção tem se mantido constante no período. Digno de nota é a falta de unidades estaduais em Santo André, conforme vemos nas tabelas mencionadas anteriormente.

Tabela 41: Equipamentos de saúde e atendimentos realizados em 2001.

Equipamentos	Nº	Nº de Atendimentos
HOSPITAIS	14	-
Hospitais Particulares	12	-
Hospital Estadual	1	-
Hospital Municipal	1	-
UNIDADES DE SAÚDE	30	2.770.268
CENTROS	9	307.904
Centros de Especialidades	3	-
Centro de Orientação e Apoio Sorológico	1	-
Centro de Referência à Saúde do Trabalhador	1	-
Centro de Alergia e Imunologia	1	-
Centro de Reabilitação	1	-
Ambulatório Regional de Moléstias Infecciosas	1	-
Ambulatório do Centro Hospitalar	1	-
SERVIÇOS	4	868.254
Gerência de Laboratório	1	299.804

Departamento de Vigilância à Saúde	1	501.192
Programa Saúde da Família	1	32.023
Programa de Internação Domiciliar	1	35.234
SAÚDE MENTAL	4	121.399
Núcleo de Programas Especiais	1	2.692
Centros de Atenção Psicossocial	3	118.707
UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	5	2.057.812
Prontos Socorros	4	-
Serviço de Atendimento Contínuo Infantil	1	-

FONTE: Secretaria de Saúde / GPU / DDU / SDU / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=563, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 42: Número de hospitais e leitos – período de 1993 a 2001.

ESTRUTURA MUNICIPAL	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Nº de hospitais	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Leitos uti	6	6	6	6	12	33	12	10	12
Leitos adultos	117	109	78	83	98	232	179	192	201
Leitos crianças	60	79	77	72	23	65	64	60	81
Total de leitos municipal	183	194	161	161	133	330	255	262	294
Estrutura estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de hospitais	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	1
Leitos UTI	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	0
Leitos adultos	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	0
Leitos crianças	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	0
Total de leitos estaduais	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	n.e	0
Estrutura particular	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de hospitais	11	11	12	13	13	14	14	13	12
Leitos UTI	82	80	114	108	118	129	159	158	136
Leitos adultos	1.120	1.139	1.314	1.322	1.418	1.465	1.290	961	770
Leitos crianças	315	334	355	323	405	412	338	385	212
Total de leitos particulares	1.517	1.553	1.783	1.753	1.941	2.006	1.787	1.504	1.118
Total de leitos	1.700	1.747	1.944	1.914	2.074	2.336	2.042	1.766	1.412

Fonte: Hospitais Particulares, Municipal, e Estadual /GPU / DDU /SDU / PMSA

n.e.= dado não existente.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=565, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 43: Número de internações – período de 1990 a 2001.

ANO	HOSPITAL MUNICIPAL		HOSPITAL PARTICULAR		HOSPITAL ESTADUAL		TOTAL GERAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1990	9.334	14.2	56.290	85.8	n.e	0.0	65.624
1991	10.282	20.2	40.613	79.8	n.e	0.0	50.895
1992	9.744	13.6	62.102	86.4	n.e	0.0	71.846
1993	6.622	10.1	59.216	89.9	n.e	0.0	65.838
1994	6.247	9.2	61.465	90.8	n.e	0.0	67.712
1995	4.668	5.8	76.244	94.2	n.e	0.0	80.912
1996	7.658	10.3	66.522	89.7	n.e	0.0	74.180
1997	8.023	9.9	73.343	90.1	n.e	0.0	81.366
1998	15.290	17.5	71.961	82.5	n.e	0.0	87.251
1999	1.023	1.0	100.506	99.0	n.e	0.0	101.539
2000	13.125	16.1	68.546	83.9	n.e	0.0	81.671
2001	13.488	18.5	59.506	81.5	0	0.0	72.994

Fonte: Hospitais Particulares / Estadual e Municipal /GPU / DDU /SDU / PMSA

n.e.= dado não existente.

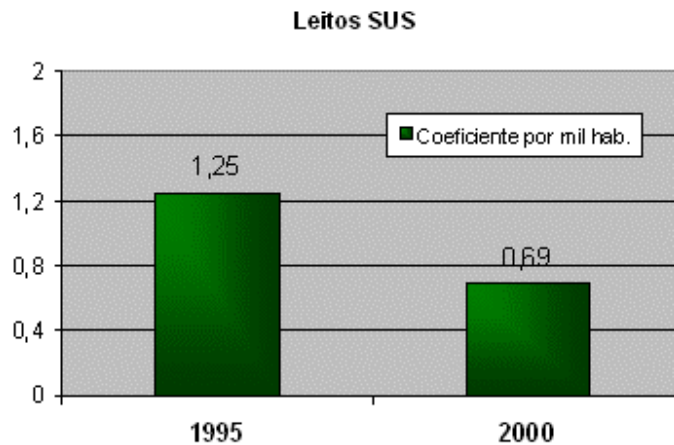
Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=568, atualizados em 23 set. 2003.

A figura 11 mostra um comparativo entre o coeficiente de leitos do SUS por habitantes para os anos de 1995 e 2000.

Figura 11: Coeficiente de leitos do SUS

Saúde

Leitos SUS	1995	2000
Coeficiente por mil habitantes	1,25	0,69



A tabela 44 apresenta os dados de cobertura vacinal, em crianças menores de um ano, para o ano de 2001. Deve-se notar que, apesar do avanço do município em várias questões relativas à saúde, a falta de cobertura total da vacinação é um ponto negativo para a qualidade de vida da população. A falta de maiores dados impedem maiores inferências quanto as conseqüências disso, nem ao menos permitem saber se a população não atingida recebe cobertura de outra fonte.

Tabela 44: Dados de cobertura vacinal em crianças menores de um ano – dados de 2001.

VACINA	Nº DOSES APLICADAS	% COBERTURA
ANTI-POLIO	8.414	71.9
ANTI - SARAMPO	8.753	74.8
BCG (ID1)	10.616	90.7
CONTRA HEPATITE B	8.299	70.9
TRÍPLICE BACTERIANA (DPT)	8.156	69.7
HAEMÓPHILUS INFLUENZAE B	8.321	71.1

Fonte: EVE/ DVS / GVES / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=570, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 45 complementa as informações anteriores ao mostrar o número total de atendimentos para o período de 1999 a 2001. É evidente por estes dados o grande aumento no número de atendimentos no período avaliado, embora a estrutura física da saúde não tenha aparentemente aumentado na mesma proporção.

Tabela 45: Quadro de atendimentos – período de 1999 a 2001.

TOTAL DE ATENDIMENTOS			
ATENDIMENTO	1999	2000	2001
Vacinas Aplicadas	223.263	218.305	336.146
Procedimentos de N. Médio e N. Sup.	831.948	921.587	1.273.581
Procedimentos Odontológicos	251.884	425.440	328.722
Procedimentos Radiológicos	63.834	80.850	106.903
Ultra-sonografias	1.814	1.233	1.392
Procedimentos de Análises Clínicas	60.370	-	92.806
Procedimentos de Fisioterapia (1)	-	15.252	9.683
Consultas Médicas	969.534	888.602	977.728
Procedimentos Médicos	40.655	70.549	79.587
TOTAL	2.443.302	2.621.818	3.206.548

Fonte: UAC / SEC. SAÚDE / PMSA.

(1): Serviço iniciado em Maio / 2000.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1480, atualizados em 23 set. 2003.

SEGURANÇA PÚBLICA

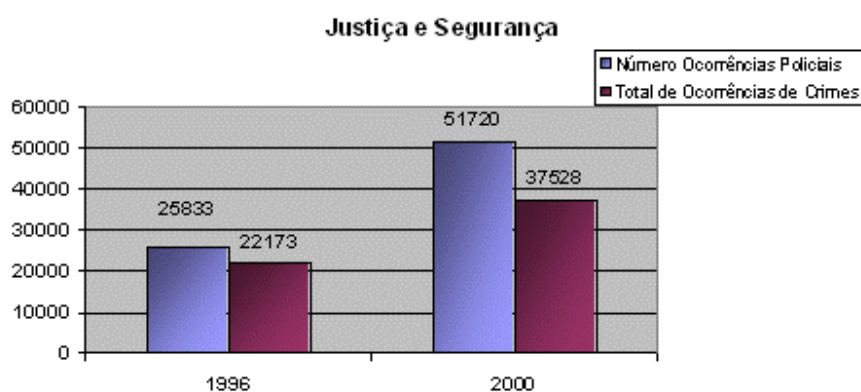
A obtenção de dados relativos à segurança pública também apresentou muitos problemas durante a pesquisa. Parte dos problemas deve-se a inexistência de uma série maior de dados a disposição, visto que a adoção de um sistema informatizado de estatísticas criminais (Infocrim) ainda esta sendo estruturado no município. Outro problema enfrentado foi a falta de critérios de

classificação comuns para as ocorrências registradas por órgãos diferentes. Por isso optou-se por trabalhar com dados secundários.

A figura 12 mostra a evolução no número de ocorrências policiais e criminais, com base nos dados de 1996 e 2000. Pode-se perceber um grande aumento no número de ocorrências, com aumento de 100% no número de ocorrências policiais e 70% no de ocorrências criminais.

Figura 12: Quadro comparativo da evolução de ocorrências policiais e criminais.

Justiça e Segurança		
Indicador	1996	2000
Número Ocorrências Policiais	25833	51720
Total de Ocorrências de Crimes	22173	37528



A tabela 46 mostra a evolução do efetivo da guarda Municipal, Bombeiros e Delegacias de polícia no período de 1996 a 2001. Os indicadores mostram que apesar de um crescimento relativo no efetivo das equipes consideradas, é marcante a diminuição do número de veículos ao longo do período estudado. Isso pode indicar uma depreciação patrimonial no período, que poderia se estender a itens de manutenção e segurança das forças consideradas.

Tabela 46: Efetivo e equipamentos - Guarda Municipal / Bombeiros / Delegacias – período de 1996 a 2001.

EFETIVO / EQUIPAMENTOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001
GUARDA MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-
Efetivo	484	460	525	521	564	545
Guardas Municipais	279	272	340	355	405	377
Seguranças patrimoniais	177	150	136	136	136	115
Grupamento Ecológico	28	38	49	30	23	53
Veículos	48	52	96	88	80	76
DELEGACIAS DE POLÍCIA	-	-	-	-	-	-
Efetivo	337	344	334	313	321	409
Veículos	48	59	53	52	104	70
8º GRUPAMENTO DE INCÊNDIO	-	-	-	-	-	-
Efetivo (1)	296	305	289	273	183	299
Veículos	108	103	31	27	31	44
Hidrantes	780	814	815	325	215	311

Fonte: Comando da Guarda Municipal / 8º GI e Delegacia Seccional de Santo André

(1) Até 1995 o efetivo incluía as Cidades de Sto André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Mauá; a partir de 1996 só Santo André. Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=573, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 47 mostra a taxa de delito por habitantes no período de 1999 a 2002. Por ela podemos notar que houve uma queda de 25% na taxa de homicídios dolosos, ao mesmo tempo em que a taxa de furtos teve um aumento de 17%, assim como a taxa de roubos caiu 15% e a taxa de furtos e roubos de veículos caiu 11%.

Tabela 47: Taxa de delito por 100 mil habitantes – período de 1999 a 2002.

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
1999	39,43	950,11	1.097,13	1.951,92
2000	43,20	880,39	929,76	2.074,30
2001	32,66	992,74	965,29	1.819,72
2002	29,71	1.115,11	929,18	1.730,35

Fonte(s): De 1999 até 2000: Dados da Res. SSP 202/93 compatibilizados com os da [RES SSP 150/95](#). 2001: Dados da [RES SSP 160/01](#). População residente: Fundação SEADE. Projeção de população flutuante para estâncias turísticas: Fundação SEADE. Dados obtidos da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, em: http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/criminais/municipios_taxadelito.asp?municipio=537, atualizados em 22 de set. 2003.

Quanto ao número de ocorrências policiais registradas para os mesmos crimes citados anteriormente, temos uma variação equivalente a apontada na tabela 47. Pode-se constatar que o único tipo de crime que aumentou em números absolutos e relativos foram os furtos.

Tabela 48: Ocorrências policiais registradas por tipo (anual) – período de 1999 a 2002.

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
1999	254	6.120	7.067	12.573
2000	280	5.706	6.026	13.444
2001	213	6.474	6.295	11.867
2002	195	7.317	6.097	11.354

Fonte(s): De 1999 até 2000: Dados da Res SSP 202/93 compatibilizados com os da [RES SSP 150/95](#). 2001: Dados da [RES SSP 160/01](#). Dados obtidos da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, em: http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/criminais/municipios_taxadelito.asp?municipio=537, atualizados em 22 de set. 2003.

A tabela 49 mostra o número de ocorrências policiais registradas, mês a mês, para os anos de 2001 a 2003, mostrando mais uma vez que ao mesmo tempo em que diminuem o número de crimes violentos, como o homicídio, aumentaram relativamente a frequências de furtos.

Tabela 49: Ocorrências policiais registradas por tipo (mensal) e variação – período de 2001 a 2003.

2001					
Mês	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto de Veículo	Roubo de Veículo
1	23	559	575	309	715
2	24	492	499	314	643
3	21	551	546	302	791
4	17	585	578	338	685
5	25	596	593	335	599
6	21	519	520	342	582
7	14	495	426	316	588
8	14	448	454	342	613
9	11	412	474	358	630
10	13	574	569	398	738
11	13	642	584	354	681
12	17	601	477	299	595

2002					
Mês	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto de Veículo	Roubo de Veículo
1	13	511	498	325	678
2	19	470	456	281	581
3	15	532	535	339	656
4	19	841	581	294	771
5	30	624	580	309	696
6	12	552	518	325	642
7	18	631	524	366	607
8	12	561	494	300	638
9	13	597	491	329	544
10	11	644	486	309	630
11	16	658	484	322	571
12	17	696	450	319	522

2003					
Mês	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto de Veículo	Roubo de Veículo
1	11	679	475	375	570
2	9	654	445	373	518
3	17	693	503	354	696
4	17	720	560	408	775
5	24	700	573	400	659
6	16	631	488	297	429

Comparação entre 2002 e 2003: Período de janeiro a junho					
Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto de Veículo	Roubo de Veículo
2002	108	3.530	3.168	1.873	4.024
2003	94	4.077	3.044	2.207	3.647
Varição	-12,96%	15,50%	-3,91%	17,83%	-9,37%

Nota(s): Até junho de 2001: delitos por local de registro. A partir de julho de 2001: delitos por local de ocorrência.

Fonte(s): 2001: Dados da [RES SSP 160/01](#).

Dados obtidos da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, em: http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/criminais/municipios_taxadelito.asp?municipio=537, atualizados em 22 de set. 2003.

As figuras 13 e 14 sintetizam as informações anteriores de modo gráfico, permitindo uma avaliação visual da evolução das taxas de delito e ocorrências policiais no período estudado. Interessante notar que tanto a taxa de delitos por habitantes como o número de ocorrências policiais declinaram ao longo do período, com aumento relativo do número de furtos em comparação com outras modalidades de crime.

Figura 13: Taxa de delito por habitantes

Taxa de Delito por 100 mil Habitantes - 1999/2002

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
1999	39,43	950,11	1.097,13	1.951,92
2000	43,2	880,39	929,76	2.074,30
2001	32,66	992,74	965,29	1.819,72
2002	29,71	1.115,11	929,18	1.730,35

Fonte (s): De 1999 até 2000: Dados da Res SSP 202/93 compartilhados com os da RES SSP 150/95. 2001: Dados da RES SSP 1600 I. População e cidade: Fundação SEADE. Projeção de população futura e para estatísticas históricas: Fundação SEADE.

Taxa de Delito por 100 mil Habitantes

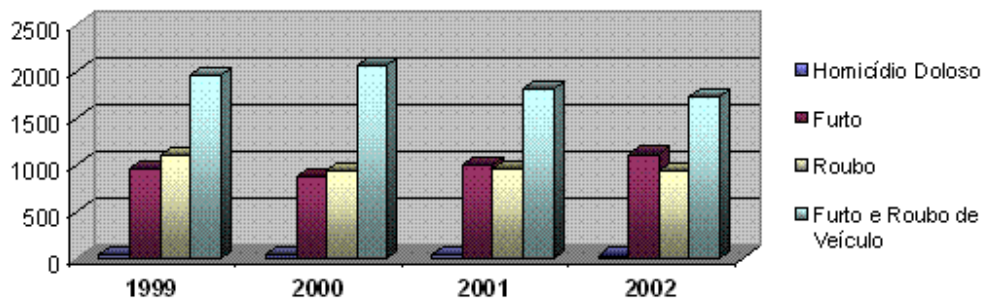
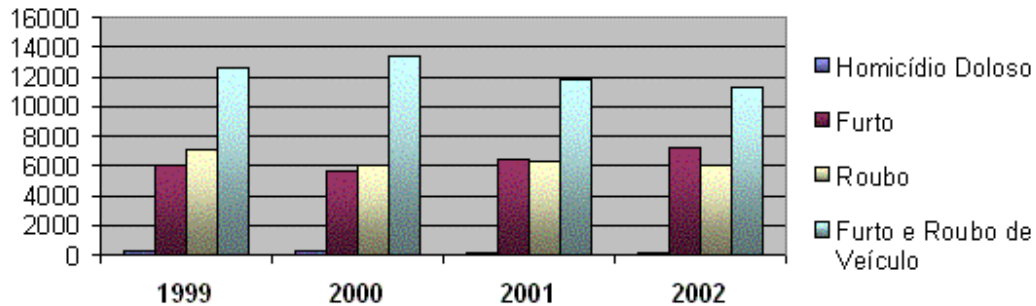
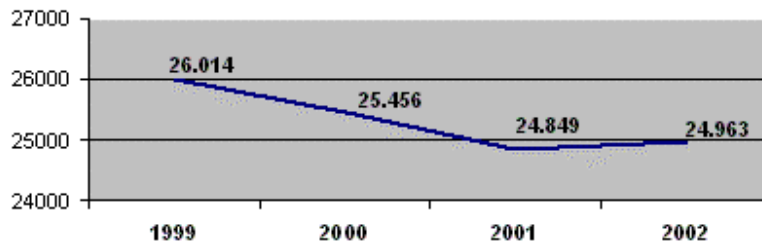


Figura 14: Ocorrências policiais

Ocorrências Policiais por Tipo (anual)



Total de Ocorrências Policiais



PROGRAMAS SOCIAIS

Para este item foram coletadas algumas informações a respeito dos principais serviços de assistência social do município de Santo André. A tabela 50 mostra os serviços municipais de assistência social existentes em 2000, com os respectivos índices de atendimento mensal, cujos dados são complementados pela tabela 51, que exhibe as entidades não governamentais de assistência social atuantes no mesmo período.

Tabela 50: Programas e serviços municipais de assistência social – dados de 2000.

PROGRAMAS	SERVIÇOS	Nº DE ATENDIMENTOS (mensal)
Jovens	Cursos culturais	160
Crianças / Adolescentes	Educação Rua	90
Crianças / Adolescentes	Abrigo 0 a 12 anos	35
Família	Programa de Atendimento à Família	300
Família	Atendimento psicossocial com Garantia de Renda Familiar.	700
Cidadão	Atendimento Social ao Munícipe	850
Família / Mulher	Atendimento psicossocial e jurídico às mulheres em situação de violência de gênero.	90
Idoso	Núcleo de Convivência	600
Pessoa Portadora de Deficiência	Assistência educacional	n.d.
Pessoa Portadora de Deficiência	Terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, ortopedistas etc.	n.d.
Pessoa Portadora de Deficiência	Atendimento psicossocial das PPD e familiares, cursos, carteira de gratuidade no transporte.	110
População de Rua	Abrigo, espaço de convivência, pernoite, oficina de geração de renda.	50

Fonte: Depto. Assist. à Família, à Infância e à Adolescência / SISH / P

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=411, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 51: Programas e número de entidades não governamentais de assistência social – dados de 2000.

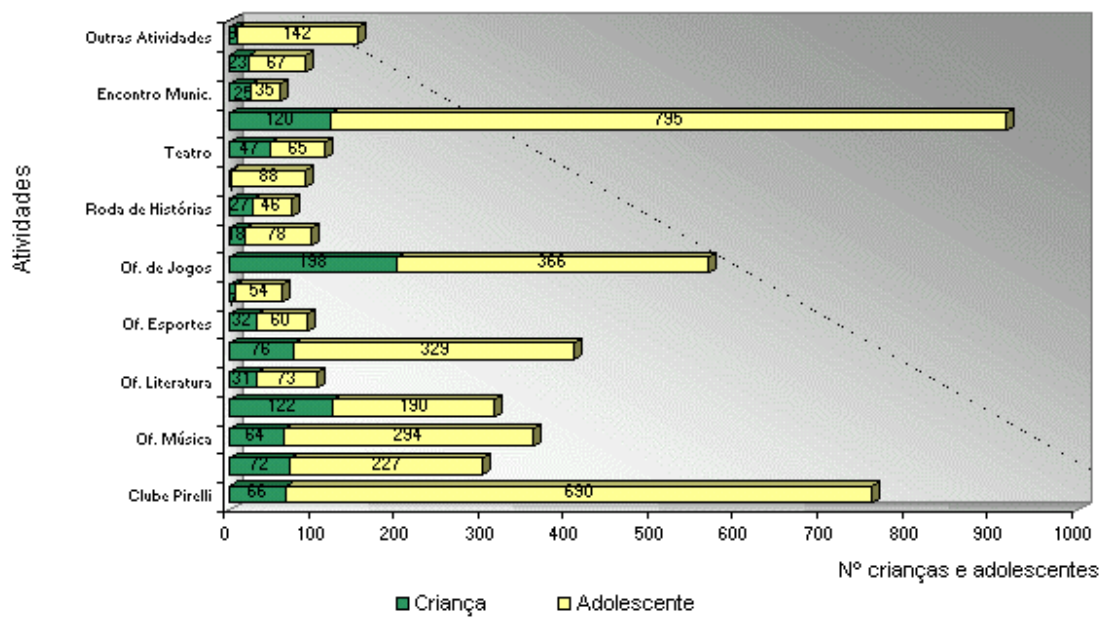
PROGRAMAS	Nº DE ENTIDADES
Adolescentes	3
Crianças / Adolescentes	15
Crianças	19
Família	4
Cidadão	1
Idoso	3
Pessoa Portadora de Deficiência	8
População de Rua	15
População de Rua Drogaditos	1
Formação e Capacitação Continuada	1
Total	70

Fonte: Depto. Assist. à Família, à Infância e à Adolescência / SISH / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=413, atualizados em 23 set. 2003.

A figura 15 mostra as atividades realizadas pelo programa municipal de atendimento a criança e adolescentes, chamado Andrezinho Cidadão, com o respectivo número de crianças e adolescentes atendidos. Estes dados são complementados com as figuras 16 e 17, que mostram respectivamente o número de crianças e adolescentes atendidas pelo programa e o número de atendimentos efetuados. Os dados destas últimas tabelas estão desagregados por atendimentos para quem estava na rua e para aqueles que moravam nas ruas. Isso permite avaliar a capacidade de atendimento do programa para menores em condição de risco social, mostrando também que o programa envolve não só o acolhimento do menor, mas também uma série de atividades de reintegração social dos mesmos, conforme os dados da figura 15 explicitam.

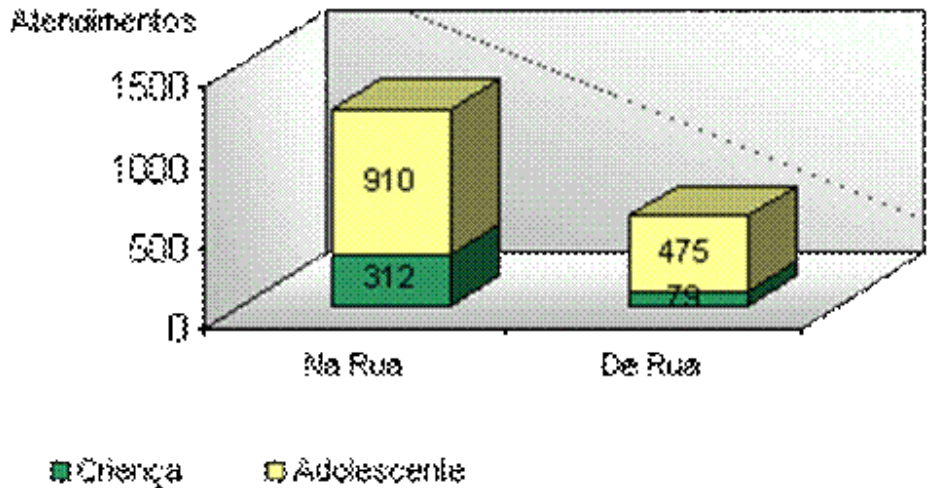
Figura 15: Atividades realizadas e número de crianças e adolescentes envolvidos no programa Andrezinho Cidadão, dados de 2000.



Fonte:Depto. Assist. à Família, à Infância e à Adolescência / SISH / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=410, atualizados em 23 set. 2003.

Figura 16: Número de crianças e adolescentes atendidas pelo programa Andrezinho Cidadão – dados de 2000.

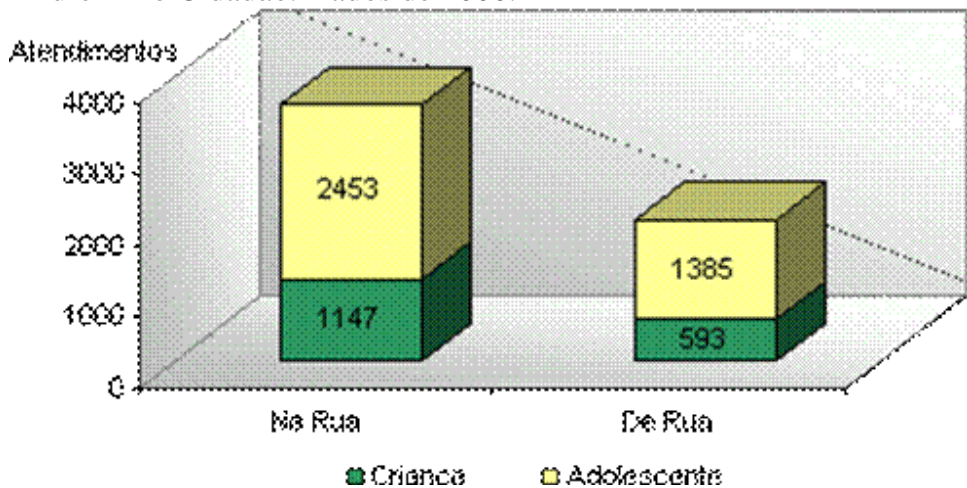


Média de atendimento: 90 crianças e adolescentes por mês.

Fonte: Depto. Assist. à Família, à Infância e à Adolescência / SISH / PMS.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=416, atualizados em 23 set. 2003.

Figura 17: Número de atendimentos efetuados com crianças e adolescentes – programa Andrezinho Cidadão. Dados de 2000.



O quadro visa mostrar o número de crianças e adolescentes que nos respectivos meses tiveram ou mantiveram contato com o programa, alguns já estavam acolhidos anteriormente e já eram atendidos pela equipe.

Fonte: Depto. Assist. à Família, à Infância e à Adolescência / SISH / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=419, atualizados em 23 set. 2003.

Outro programa interessante da prefeitura de Santo André refere-se ao apoio as mulheres em situação de violência, denominado Vem Maria, cujos indicadores de atendimento encontram-se na tabela 52, com os dados para os anos

de 1998 a 2001. A análise dos dados mostra o aumento considerável no número de atendimentos no período avaliado. A tabela 53 mostra o total de atendimentos na Casa Abrigo Regionalizada de Santo André, que atende crianças e mulheres, com os dados mais recentes disponíveis de atendimento mensal.

Tabela 52: N°. de atendimentos no Vem Maria - Centro de apoio á mulher em situação de violência – dados de 1998/1999/2000/2001.

TIPO DE ATENDIMENTO	1998	1999	2000	2001
Casos Novos	62	141	237	240
Retornos	-	390	923	1.082
TOTAL	62	531	1.160	1.322

Fonte: Depto. Defesa e Direitos de Cidadania / SPC / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=421, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 53: N°. de Atendimentos na Casa Abrigo Regionalizada Santo André – período de julho/2000 a julho/2002.

ATENDIMENTOS	N°
Mulheres atendidas	28
Crianças atendidas	71
Mulheres desligadas	24
Mulheres transferidas para outro abrigo devido ao risco	7
Mulheres atualmente na Casa	4
Mulheres encaminhadas para aprendizagem escolar	3
Mulheres encaminhadas para cursos de capacitação profissional	7
Mulheres encaminhadas para o mercado de trabalho	8

Fonte: Depto. Defesa e Direitos de Cidadania / SPC / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=424, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 54 apresenta os dados de atendimento dos programas de renda mínima, com a quantidade mensal de famílias beneficiadas e o valor da complementação média por família no período de 1998 a 2000. Estes dados mostram que não só o valor do benefício médio cresceu cerca de 25%, como também o número de famílias atendidas cresceu cerca de 450% no mesmo período.

Tabela 54: Programas Renda Mínima - Quantidade mensal de famílias e complementação médio/família – período de jun/1998 a dez/2000.

MÊS	FAMÍLIAS INS- CRITAS	TOTAL DE BENE- FÍCIOS PAGOS	SUS- PENSAS	REINSE- RIDAS (1)	DESLI- GADAS	TOTAL DE FAMÍ- LIAS ATEN- DIDAS	RECURSOS APLICADOS	BENE- FÍCIO MÉDIO	TOTAL DE PESSOAS BENEFI- CIADAS
Jun/98	105	100	5	0	0	105	16.100,00	161,00	505
Jul/98	0	101	0	1	0	105	16.787,00	166,21	509
Ago/98	0	103	0	4	2	105	17.852,00	173,32	523
Set/98	230	311	7	0	15	335	54.984,00	176,80	1.573
Out/98	0	314	0	6	3	335	56.304,00	179,31	1.591
Nov/98	0	311	0	0	3	335	55.838,00	179,54	1.579
Dez/98	0	309	0	1	3	335	55.648,00	180,09	1.571
Subtotal 1998	335	1.549	-	-	26	-	273.513,00	176,57	-
Jan/99	0	305	2	0	2	335	56.047,00	183,76	1.556
Fev/99	0	304	0	2	3	335	55.813,00	183,60	1.552
Mar/99	0	298	0	0	6	335	55.021,00	184,63	1.526
Abr/99	131	422	0	0	7	446	78.198,00	185,30	2.208
Mai/99	0	406	0	0	16	446	82.132,00	202,30	2.137
Jun/99	0	406	0	0	0	446	82.781,00	203,89	2.137
Jul/99	0	395	0	0	11	446	81.067,00	205,23	2.085
Ago/99	0	392	1	0	2	446	81.225,00	207,21	2.071
Set/99	0	386	0	1	7	446	79.916,00	207,04	2.042

Out/99	0	386	0	0	0	446	79.640,00	206,32	2.042
Nov/99	0	368	0	0	18	446	77.139,00	209,62	1.948
Dez/99	0	290	0	0	78	446	62.350,00	215,00	1.551
Subtotal 1999	131	4.358	-	-	150	-	871.329,00	199,94	-
Jan/00	77	361	0	0	8	545	76.529,00	211,99	1.955
Fev/00	0	355	0	0	6	545	75.890,00	213,77	1.917
Mar/00	148	333	0	0	162	691	63.870,00	191,80	1.741
Abr/00	67	398	2	2	4	758	77.490,00	194,70	2.070
Mai/00	105	480	2	2	24	863	104.902,50	218,55	2.447
Jun/00	0	475	3	3	5	863	103.085,50	217,02	2.423
Jul/00	0	468	1	1	6	863	103.100,50	220,30	2.372
Ago/00	105	567	1	1	6	968	119.733,50	211,17	2.845
Set/00	0	565	1	1	3	968	120.669,00	213,57	2.830
Out/00	0	472	0	0	93	968	101.647,00	215,35	2.325
Nov/00	0	468	0	0	3	968	101.334,50	216,53	2.311
Dez/00	0	460	0	0	8	968	100.470,50	218,41	2.271
Subtotal 2000	502	5.402	-	-	328	-	1.148.722,00	212,65	-
Total	968	11.309	-	-	504	-	2.293.564,00	202,81	-

(1): Referente às famílias suspensas no mês anterior e que foram inseridas.

Fonte: Programa Renda Mínima de Santo André - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=430, atualizados em 23 set. 2003.

As tabelas 55 a 59 apresentam dados relativos ao atendimento à população de rua. Por estes dados podem-se constatar aspectos interessantes sobre o perfil desta população. A tabela 55 mostra que 84% das pessoas atendidas são do sexo feminino. Isso não indica que o perfil dos moradores de rua seja formado quase que exclusivamente por mulheres, mas que estas, em sua maioria, são as que efetivamente procuram ajuda social. A tabela 56 mostra o

perfil etário desta população, mostrando que o contingente de jovens e adolescentes (alvos do programa Andrezinho Cidadão) representavam apenas 2,7% no período considerado. Já a população em idade ativa representava 83% do total, enquanto que os indivíduos com 60 anos ou mais totalizavam cerca de 8% do total.

A tabela 57 mostra que cerca de 80% dessa população possuía uma profissão definida, apesar de estar em condição de extremo risco social. Complementando estes dados, a tabela 58 mostra que do total de população de rua, cerca de 80% sabiam ler e escrever e apenas 10% eram considerados totalmente analfabetos. A tabela 59 apresenta os motivos alegados para que os indivíduos estivessem morando na rua, em que chama a atenção o fato de que apenas 10% declararam explicitamente que a causa era o desemprego. Isso se relaciona com o fato, salientado anteriormente, de que a grande maioria dos trabalhadores que saíram de empregos formais acabaram indo para atividades informais.

Tabela 55: População de rua por logradouros públicos e serviços segundo o sexo – dados de novembro de 1999.

	LOGRADOUROS PÚBLICOS		SERVIÇOS DE PERNOITE		SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	11	9.6	23	25.6	7	13.0	41	15.9
Feminino	103	90.4	67	74.4	47	87.0	217	84.1
Total	114	100.0	90	100.0	54	100.0	258	100.0

Fonte: Programa de Atenção à População de Rua - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1490, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 56: População de rua por logradouros públicos e serviços, segundo faixa etária – dados de novembro de 1999.

FAIXA ETÁRIA	LOGRADOUROS PÚBLICOS		SERVIÇOS PERNOITE		SERVIÇOS CONVIVÊNCIA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 19 anos	4	3.5	2	2.2	1	1.9	7	2.7
20 a 24 anos	2	1.8	2	2.2	4	7.4	8	3.1
25 a 29 anos	8	7.0	9	10.0	4	7.4	21	8.1
30 a 24 anos	20	17.5	8	8.9	1	1.9	29	11.2
35 a 39 anos	18	15.8	16	17.8	9	16.7	43	16.7
40 a 49 anos	31	27.2	24	26.7	16	29.6	71	27.5
50 a 59 anos	18	15.8	15	16.7	10	18.5	43	16.7
60 a 64 anos	4	3.5	2	2.2	4	7.4	10	3.9
65 e mais	4	3.5	3	3.3	4	7.4	11	4.3
Sem informação	5	4.4	9	10.0	1	1.9	15	5.8
Total	114	100.0	90	100.0	54	100.0	258	100.0

Fonte: Programa de Atenção à População de Rua - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1492, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 57: População de rua por logradouros públicos e serviços segundo a existência de profissão – dados de 1999.

TEM PROFISSÃO	LOGRADOUROS PÚBLICOS		SERVIÇOS PERNOITE		SERVIÇOS CONVIVÊNCIA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	92	80.7	70	77.8	45	83.3	207	80.2
Não	10	8.8	17	18.9	5	9.3	32	12.4
Sem informação	12	10.5	3	3.3	4	7.4	19	7.4
Total	114	100.0	90	100.0	54	100.0	258	100.0

Fonte: Programa de Atenção à População de Rua - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1495, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 58: População de rua por logradouros públicos e serviços segundo a alfabetização – dados de 1999.

ALFABETIZAÇÃO	LOGRADOUROS PÚBLICOS		SERVIÇOS PERNOITE		SERVIÇOS CONVIVÊNCIA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	9	7.9	11	12.2	6	11.1	26	10.1
Só assina o nome	10	8.8	3	3.3	1	1.9	14	5.4
Sabe ler e escrever	88	77.2	74	82.2	44	81.5	206	79.8
Sem informação	7	6.1	2	2.2	3	5.6	12	4.7
Total	114	100.0	90	100.0	54	100.0	258	100.0

Fonte: Programa de Atenção à População de Rua - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1497, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 59: População de rua por logradouros públicos e serviços segundo o motivo de dormir na rua – dados de 1999.

MOTIVO	LOGRADOUROS PÚBLICOS		SERVIÇOS PERNOITE		SERVIÇOS CONVIVÊNCIA		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Problemas familiares	23	20.2	3	3.3	2	3.7	28	10.9
Desempregado	16	14.0	4	4.4	7	13.0	27	10.5
Não tem onde morar	18	15.8	1	1.1	5	9.3	24	9.3
Renda insuficiente	9	7.9	0	0.0	3	5.6	12	4.7
Gosta / tem liberdade	7	6.1	0	0.0	1	1.9	8	3.1
Perda de vínculo	1	0.9	2	2.2	0	0.0	3	1.2
Abrigo	0	0.0	0	0.0	2	3.7	2	0.8
Bebidas	2	1.8	0	0.0	0	0.0	2	0.8
Não sabe	1	0.9	0	0.0	1	1.9	2	0.8
Outros	5	4.4	1	1.1	1	1.9	7	2.7
Sem informação	32	28.1	79	87.8	32	59.3	143	55.4
Total	114	100.0	90	100.0	54	100.0	258	100.0

Fonte: Programa de Atenção à População de Rua - Depto. Assistência Social / SISH / PMSA.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1498, atualizados em 23 set. 2003.

TRANSPORTES

Os dados da figura 18 mostram a evolução da frota de ônibus no período de 1998 a 2002, indicando que, apesar da queda verificada em 2000, a frota permanece com praticamente a mesma quantidade. Isso pode ser um reflexo da reestruturação dos transportes coletivos municipais, efetuada no período. A tabela 60 mostra a evolução do movimento de passageiros e da quilometragem percorrida pela rede de transportes coletivos. É interessante notar que, ao mesmo tempo em que aumentaram as distâncias percorridas em cerca de 42% no período de

1990 a 2001, o número de passageiros transportados diminuiu cerca de 37% no mesmo período. Isso pode ser devido a procura por formas de transporte alternativas, já que provavelmente o próprio crescimento populacional no período implicaria em muito mais passageiros a serem transportados, e a alternativa do maior uso de transporte particular seja bem pouco realista.

Figura 18: Evolução da frota de ônibus.

Tabela 60: Movimento anual de passageiros por quilometragem no serviço de transporte coletivo.

ANO	MOVIMENTO	
	Passageiros Transportados	Quilometragem Percorrida
1990	80.419.739	20.000.353
1991	79.501.456	24.505.561
1992	74.260.874	24.411.656
1993	68.924.408	21.780.798
1994	66.536.768	19.891.839
1995	72.571.468	20.750.052
1996	67.648.258	21.811.627
1997	64.685.612	25.088.525
1998	60.587.526	25.025.553
1999	56.437.395	27.154.555
2000	59.762.373	25.428.501
2001	51.092.059	28.385.497

Fonte: Dept^o. de Transportes Públicos / EPT.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=586, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 61 mostra os dados para o transporte ferroviário. Por estes dados percebe-se que esta modalidade de transporte teve um aumento significativo de passageiros transportados no período avaliado, podendo ter acomodado o excedente de usuários que migraram do transporte coletivo efetuado por ônibus, como mostram os dados da tabela 60.

Tabela 61: Transporte ferroviário - CPTM - total passageiros embarcados nas estações – período de 1998 a 2001.

ESTAÇÕES	1998	1999	2000	2001
Santo André	8.925.460	8.430.152	8.785.027	10.440.000
Utinga	1.408.729	1.372.236	1.445.738	1.944.000
Pref. Saladino	1.017.978	931.139	1.038.994	1.368.000
Paranapiacaba	14.048	17.925	46.077	(1)
Pirelli	11.323	7.204	2.214	(2)
Campo Grande	0	0	0	0
TOTAL	11.377.538	10.758.656	11.318.050	13.751.997

Fonte: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

(1): O embarque / desembarque só está sendo feito nos finais de semana e feriados (em horários pré-determinados).

(2): Na Pirelli só embarque

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=587, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 62 complementa os dados das tabelas anteriores ao mostrar as outras modalidades de serviços de transporte existentes em Santo André. Os dados indicam que estas modalidades de transporte permaneceram com número de unidades praticamente constante ao longo do período.

Tabela 62: Serviço de transporte de veículos cadastrados no depto de transporte público – período de 1997 a 2001.

Frota Cadastrada	1997	1998	1999	2000	2001
Serviços de Táxi	430	420	420	420	420
Transporte Escolar	338	340	385	377	390
Transporte de Mercadorias (1)	58	59	59	60	60
Transporte de Aluguel	0	0	32	30	30
PROGRAMA CIDADE ACESSÍVEL (2)	0	0	0	0	0
Frota de Vans adaptadas	0	3	3	3	8

Fonte: Dep. de Transportes Público / EPT

(1) Os veículos cadastrados na Prefeitura são aqueles que podem operar nos pontos fixos, regulamentados pela PMSA.

(2) Programa de atendimento a portadores de deficiências.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=588, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 63 mostra a evolução do sistema viário para o período de 1997 a 2001, mostrando o crescimento relativamente pequeno do sistema, com poucas intervenções quanto à melhoria do sistema (asfaltamento e extensão física). Isso pode ser reflexo da relativa estabilidade do sistema, não havendo necessidade de grandes obras que caracterizam, por exemplo, os municípios que tiveram um crescimento muito grande de suas áreas urbanas, demandando intervenções mais significativas do poder público.

Tabela 63: Extensão sistema viário segundo área urbana e de expansão urbana – período de 1997 a 2001.

-	URBANA					EXPANSÃO URBANA					TOTAL				
	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
Total de vias em Km	905	905	905	905	905	188	188	188	188	188	1.093	1.093	1.093	1.093	1.093
Vias asfaltadas em Km	761	764	766	781	785	10	10	10	10	10	771	774	776	791	795
Vias com pavimento articulado ou rígido em Km ¹	119	116	115	105	104	5	5	6	6	5	124	121	121	111	109
Total de vias pavimentadas em Km	880	880	881	886	889	15	15	16	16	15	895	895	897	902	904
Vias sem pavimentação em Km	25	25	24	19	16	173	173	172	172	173	198	198	196	191	189
Vias estaduais asfaltadas em Km	0	0	0	0	0	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Vias estaduais em terra em Km	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1

Fonte: Ger. de Fiscalização e Obras Viárias / DFOV / SSM / PMSA

¹ Vias com pavimento em paralelepípedos, bloquetes de concreto ou em concreto

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1479, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 64 apresenta os dados da evolução de acidentes de trânsito para o período de 1993 a 2000, mostrando a queda no número total de ocorrências. Essa diminuição foi bem mais significativa nos últimos anos, embora os dados compilados não estavam disponíveis para análise.

Tabela 64: Evolução anual de acidentes de trânsito – período de 1993 a 2000.

TIPO ACIDENTES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Acidentes com Vítimas	1.252	1.258	1.469	1.390	1.502	1.418	1.496	1.614
Acidentes sem Vítimas	7.302	7.914	8.816	10.289	10.370	9.897	9.020	8.258
Atropelamento	714	661	729	612	498	509	443	465
TOTAL	9.268	9.833	11.014	12.291	12.370	11.824	10.959	10.337

Fonte: Polícia Militar S.P. - 1ª e 2ª Cias./ Coord.Planej.Projetos / DTC / EPT

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=589, atualizados em 23 set. 2003.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Esta seção mostra alguns dados relativos a serviços públicos, não incluídos nas categorias anteriores. A tabela 65 mostra a oferta de fornecimento de energia elétrica para o período de 1996 a 2001, mostrando a evolução da oferta no período considerado. A queda do volume de fornecimento para o ano de 1999, marcadamente para a atividade industrial, é reflexo da crise pela qual passou o setor durante o ano de 1999, e pode ser verificada em outras tabelas apresentadas no trabalho. Este evento é analisado mais profundamente no trabalho citado anteriormente, que analisa as transformações do setor industrial da região do ABC (FAPESP, 2003). Estes dados são complementados pelas informações da tabela 66.

Tabela 65: Fornecimento de energia elétrica por classe de consumidores – dados de 1996 a 2001.

CLASSES	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Residencial	480.988	499.624	516.420	635.634	537.422	554.082
Industrial	1.321.800	1.363.673	1.360.320	796.110	1.497.868	1.556.285
Comércio, Serviços e Outras Atividades	215.565	245.426	279.300	378.548	318.335	343.802
Poderes Públicos	29.099	31.080	27.084	38.994	30.165	31.975
Iluminação Pública	51.481	51.155	51.576	57.165	48.562	47.833
Serviços Públicos	17.452	17.784	16.680	35.648	18.227	18.591
Consumo Próprio	6.766	6.795	3.672	3.395	1.410	1.399
TOTAL	2.123.151	2.215.537	2.255.052	1.945.494	2.451.989	2.553.967

Fonte: ELETROPAULO

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=497, atualizados em 23 set. 2003.

Tabela 66: Classe de consumidores de energia elétrica – dados de 1995 a 2001.

CLASSES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Residencial	159.604	165.191	166.856	169.719	203.064	181.033	184.413
Industrial	1.285	1.348	1.334	1.319	1.701	1.243	1.566
Comércio, Serviços e Outras Atividades.	16.127	16.984	17.220	17.458	21.867	18.076	17.578
Poderes Públicos	410	431	483	534	765	562	517
Iluminação Pública	160	168	178	167	189	176	177
Serviços Públicos	22	34	34	35	43	42	38
Consumo Próprio	28	29	26	24	11	22	41
TOTAL (1)	177.636	184.219	188.046	189.256	227.640	201.154	204.330

Fonte: ELETROPAULO.

(1): Refere-se à média do ano.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=1481, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 67 mostra os dados referentes à iluminação pública para o período de 1997 a 2001, indicando o aumento da extensão da rede pública no período em cerca de 10%, ao mesmo tempo em que o índice de cobertura passa de 100% da área urbana para cerca de 98% do total. Isso pode ser devido a implantação de novos loteamentos e do conseqüente aumento de área urbana no período.

Tabela 67: Iluminação pública – dados de 1997 a 2001.

ILUMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
Extensão da rede de iluminação pública (Km)	876.04	n.d.	889	n.d.	935.36
Número de lâmpadas em iluminação pública (Nº)	31.643	n.d.	32.953	34.257	38.568
Percentual de área atendida por iluminação pública (%)	n.d.	n.d.	100.0	98.0	98.0

Fonte: ELETROPAULO / Depto. Manut. Equip. Públ. / SSM / PMSA

n.d.: dado não disponível

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=498, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 68 apresenta os dados referentes a expedição de cédulas de identidade para o período de 1990 a 2000, mostrando uma grande variação no período, com picos nos anos de 1995 e 1996, e permanecendo com índices próximos da média do período nos outros anos.

Tabela 68: Número de cédulas de identidade expedidas por ano – período de 1990 a 2000.

ANO	TOTAL
1990	23.287
1991	23.905
1992	24.376
1993	28.533
1994	29.025
1995	36.046
1996	33.774
1997	21.577
1998	26.567
1999	22.953
2000	25.616

Fonte: Secretária Segurança Pública de São Paulo - Setor 361-6.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=581, atualizados em 23 set. 2003.

A tabela 69 mostra a evolução na expedição de carteiras de trabalho para o período de 1994 a 2000, mostrando uma grande demanda para o ano de 1995 e uma grande baixa no ano de 1999, em sintonia com a avaliação encontrada em FAPESP (2003).

Tabela 69: Número de carteiras de trabalho expedidas – período de 1994 a 2000

ANO	TOTAL
1994	15.422
1995	81.326
1996	31.124
1997	28.905
1998	19.067
1999	17.560
2000	22.358

Fonte: Delegacia do Trabalho.

Dados obtidos em: http://www.santoandre.sp.gov.br/bn_conteudo.asp?cod=583, atualizados em 23 set. 2003.

CONCLUSÃO

As condições para o teste não se revelaram tão propícias como se esperava ao tempo da elaboração do projeto. Confirmaram, por outro lado, que há muito que fazer para se conseguir conhecer a qualidade de vida dos municípios, do ponto de vista do enfrentamento das condições de vida urbana, muito embora os dados necessários sejam existentes. E que, em que pese a introdução de inovações administrativas e mesmo de governo, no sentido de melhor preparo dos que assumem postos de autoridade, as deficiências técnicas nas prefeituras ainda são palpáveis. E o temor de que haja utilização política dos dados continua sendo um constrangimento palpável para que os estudos acadêmicos sejam levados a efeito.

De qualquer modo, a pesquisa foi importante como experiência concreta de aplicação da metodologia. Apesar de não terem sido obtidos todos os dados inicialmente selecionados no projeto, os dados presentes puderam mostrar a validade da metodologia proposta, embora o refinamento do modelo só seja possível a partir de um banco de dados mais robusto, além de uma série de dados mais extensa.

2. BIBLIOGRAFIA

<http://www.ibge.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Diagnóstico do uso e ocupação do solo de Santo André, 1998, Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Habitação – SDUH, Santo André.

FAPESP – Cebrap – PMSA – Ceert - Elas. Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça. Um Experimento de Política Pública na Região do ABC Paulista, São Paulo, 2003.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 260 p.

EVANS, R.G. et alii (eds.) (1994) Why are some people healthy and others not: the determinants of health of populations. New York, Aldine de Gruyter.

ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.

AKERMAN, M et alii. A concepção de um projeto de observatório de qualidade de vida: relato de uma experiência realizada em Campinas - SP. Saúde & Sociedade. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, v, 06, n. 02, 1997.

ALVES, M D de O- "Sistema de Informação em Saúde: Uma Experiência no Município de São Paulo 1989 / 1992"; Dissertação de Mestrado FSP/USP, 1999.

ANNEZ, P & FRIENDLY, A. Cidades do mundo em desenvolvimento: programa de ação após a Habitat II. Finanças & Desenvolvimento. Washington: World Bank, dezembro/1996.

BARBIERI, J C. Desenvolvimento e meio ambiente: As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997

BRAVO, MT; VERA, SF. El concepto de Calidad de Vida: Una revision de su alcance y contenido. Rev Geog Venez, 1993. 34:275-295.

BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 31, 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE São Paulo/ INSTITUTO DE ENGENHARIA. Encontro Internacional de Cidades - Soluções de vida urbana. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo/Instituto de Engenharia. Anais, 1991.

CAMARGO MORA, M G. La calidad de vida en Venezuela. Espacio y Sociedad. Lima: PUC, n. 09, 1997.

CARDIM, C H. & SOUTO, D F. Qualidade de Vida. [s.l.]: ARX Editora, s/d.

CARTA DE OTTAWA PARA LA PROMOCIÓN DE LA SALUD. Conferencia Internacional sobre Promoción de la Salud, Ottawa, Ontário, Canadá, noviembre de 1986.

- CASTELLS, M. Estratégias de desarrollo metropolitano en las grandes ciudades españolas: la articulación entre crecimiento económico y calidad de vida. In: BORJA, J. et alii. Las grandes ciudades en la década de los noventa. Madrid: Editorial sistema, 1990[?].
- CASTELLS, M. La crisis, la planificación y la calidad de la vida: el manejo de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad. Revista Mexicana de Sociología. Mexico: Universidad Autónoma de México, v.XLVI, n. 04, oct-dic, 1984.
- CECCATO, VA. Proposta metodológica para avaliação da Qualidade de Vida a partir de dados convencionais de sensoriamento remoto, sistema de informação geográficas e banco de dados georrelacionais. 1994, São José dos Campos [Dissertação de Mestrado apresentada ao INPE].
- CITY OF TORONTO. A strategy for developing healthy city indicators. Toronto: Healthy City Toronto, July, 1994.
- CORAGGIO, J L. La construcción de una economía popular: vía para el desarrollo humano. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 03, dez., 1993.
- COSTA, O V. Demanda por serviços de saúde na região metropolitana de São Paulo: um modelo para aferir o alcance do dispositivo constitucional que prevê acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais "População: Globalização e Exclusão". [s.l.]: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, s/d.
- CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 31, 1993.
- DANIEL, C. As ações do governo andreense: uma releitura. Agosto, 1998(mimeo.).
- DAVIES, J K & Kelly, M P. Healthy cities: research and practice. London: Routledge, 1993.
- DIXON, JA. & HAMILTON, K. Ampliando a medida de riqueza. Finanças & Desenvolvimento. Washington: World Bank, dezembro, 1996.
- FERRAZ, S T. A pertinência da adoção da filosofia de cidades saudáveis no Brasil. Saúde em Debate. Londrina: CEBES, n. 41, dezembro, 1993.
- GUIMARÃES DA SILVA, P R & FERNANDES, A S A. Meio ambiente urbano e qualidade de vida em Salvador. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 30, n. 06, 1996.
- GUIMARÃES DA SILVA, P R. Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática Ambiental na gestão local. In: FISCHER, T (org). Gestão Contemporânea - Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- INFORMAÇÃO para uma sociedade democrática: por uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais, econômicas e territoriais. Rio de Janeiro: IBGE(I Forum de Usuários/ Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais), 1996
- JAMISON, D T. Investing in Health. Finances & Development. Washington: World Bank, September, 1993.

JANNUZZI, P.M. (1995) Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 29(3):197-210, jul/set 1995.

_____ “Indicadores Sociais no Brasil”, Editora Alinea, Campinas, 2001.

MORGAN, G. “Imagens da Organização”, São Paulo, Atlas, 1996.

WILSON, R. T. “Understanding Local Governance: An International Perspective,” *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 40 (2), April/June 2000a, pp. 51-63.

_____ “Knowledge and Policy Action in Urban Development: If We Know so Much, Why is the Urban Condition not Improving?” *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 40 (1), January/March 2000, pp. 47-55.

_____”*Public Policy and Community: Activism and Governance in Texas*”, Austin, Texas: University of Texas6-